



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS-IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL-SER

**Marissa Bárbara Gomes dos Santos**

**As condições de trabalho das terceirizadas da limpeza da Universidade de  
Brasília**

Brasília, Agosto de 2015



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS-IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL-SER

**Marissa Bárbara Gomes dos Santos**

**As condições de trabalho das terceirizadas da limpeza da Universidade de  
Brasília**

Trabalho de conclusão de curso de Serviço Social  
apresentado para obtenção do Título de Bacharel em Serviço  
Social pela Universidade de Brasília, sob orientação da Prof<sup>a</sup> .  
Dr<sup>a</sup> Ivanete Salete Boschetti.

Brasília, Agosto 2015



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS-IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL-SER

**Marissa Bárbara Gomes dos Santos**

**As condições de trabalho das terceirizadas da limpeza da Universidade de  
Brasília**

Banca Examinadora:

---

Profª. Drª Ivanete Salete Boschetti

Orientadora SER/UNB

---

Carlos Albertos Santos de Paulo

Doutor em Política Social SER/UNB

---

Keila Patricia da Silva Medina

Assistente Social da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Humano e Social

## **RESUMO**

Este trabalho pretende analisar as condições de trabalho das mulheres que realizam trabalho terceirizado na Universidade de Brasília. É necessário analisar o momento histórico atual onde cada vez mais o modelo neoliberal contribui para o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora. Desta maneira, importante fazer um recorte de gênero, pois são as mulheres trabalhadoras que ocupam os piores postos de emprego no mundo do trabalho e também já ocupam um grande espaço entre os trabalhadores terceirizados. A base metodológica utilizada foi o método marxista pois considera que as relações sociais constituídas entre os seres humanos fazem parte de uma estrutura produtiva que tem relação direta com as formas de sociabilidade de determinada sociedade. Permite entender que a realidade é dinâmica e contraditória e para compreendê-la de forma ampla é necessário entender a totalidade e as particularidades desta. O objetivo desta pesquisa é investigar de que maneira as políticas neoliberais da educação, materializados na contra-reforma do Ensino Superior, agravaram as condições e as relações de trabalho das terceirizadas da Universidade de Brasília. Como procedimentos de pesquisa foi feita análise de documentação e realizadas 9 entrevistas semi-estruturadas com terceirizadas do setor de limpeza da Universidade de Brasília.

**Palavras-chave:** **terceirização, feminismo, neoliberalismo, trabalho, precarização.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço profundamente à Dona Graça a mulher responsável pela minha formação humana e pessoa mais importante da minha vida. À minha irmã Mariana, a pessoa mais doce e nobre que já conheci. Agradeço a minha família pelo apoio incondicional. Aos professores e professoras que tive a oportunidade de conhecer e que compartilharam suas vivências e conhecimentos que me permitiram dar um salto na minha formação. Às conversas nos corredores, risadas no C.A, longos cochichos sob o gramado da BCE, soluções no banheiro, confissões de bares, os beijos no escuro do subsolo... esse conhecimento você nunca encontrará na sala de aula e não estará escrito em nenhum livro. Aos meus grandes amigos que sempre estiveram ao meu lado e que são imprescindíveis na minha vida. Ao movimento estudantil que tive o prazer de conhecer e participar e que contribuiu profundamente para o meu amadurecimento. Por fim, agradeço à Universidade de Brasília na esperança que a educação do futuro seja universal, gratuita, pública, democrática e de qualidade.

“É como se fôssemos invisíveis.  
Parece que não existimos.”  
Terceirizada da Universidade de  
Brasília

<b>SUMÁRIO</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b>	08
<b>CAPÍTULO I – Trabalho e Neoliberalismo</b>	
1.1 Trabalho: essência humana	12
1.2 Os direitos do trabalho no capitalismo regulado	19
1.3 A classe trabalhadora sob o domínio neoliberal	24
1.4 Neoliberalismo no contexto brasileiro	29
<b>CAPÍTULO II – Trabalho Feminino</b>	
2.1 A mulher e a história	34
2.2 Trabalho feminino no Brasil	40
<b>CAPÍTULO III – Terceirização e Contra-Reforma Universitária</b>	
3.1 Contra-reforma universitária e desmonte da educação pública	48
3.2 Terceirização, a face da precarização.	54
3.3 As condições de trabalho das terceirizadas da limpeza da Universidade de Brasília	60
<b>CONCLUSÃO</b>	68
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	70
<b>ANEXOS</b>	73

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta de forma introdutória e breve as novas formas produtivas que o capitalismo moderno precisou criar para garantir a produção e reprodução das relações econômicas e sociais. Desta forma surgem outros modelos de produção, novos mercados, criam-se novas necessidades, novas formas de contratação e alienação. O neoliberalismo trata de garantir que essas novas estruturas exploratórias condicionem as pessoas a usar lentes que as impedem de enxergar além do que está posto.

Diante desta lógica, o primeiro capítulo tem como objetivo apresentar as bases filosóficas, históricas e sociais sobre o elemento do trabalho. O trabalho se constitui como elemento fundamental, imprescindível, indissociável e fundante das relações humanas. Entende-lo enquanto categoria essencial para o desenvolvimento humano é fundamental para desvendar as novas façanhas do capital. Marx aponta que é preciso entender a natureza do trabalho de forma independente a qualquer estrutura social para capturar o seu sentido real:

A produção de valores de uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle. Por isso, temos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada. (MARX, 2013:211)

Na intenção de entender a centralidade do trabalho na estrutura produtiva é muito importante ressaltar a entrada da mulher no mercado de trabalho nas últimas décadas. As mulheres trabalhadoras tem ocupado cada vez mais postos no interior da estrutura produtiva. Porém, decerto são essas mulheres que se localizam nas piores e mais precárias atividades laborativas, pois, são elas que realizam trabalho terceirizado, temporário, parcial, enfim, são estas pessoas que fazem parte do submundo do trabalho que o neoliberalismo não criou mas expandiu de forma avassaladora.

A segregação ocupacional reserva mais à mulher do que ao homem os trabalhos secundários, periféricos. Apesar da reestruturação na produção representa um ataque global ao conjunto dos trabalhadores, ela atinge de forma diferenciada homens e mulheres, e recoloca em novos patamares a divisão do



trabalho.(TOLEDO,2008:61)

Com o intuito de compreender esta realidade e ressaltar como a reestruturação produtiva produziu efeitos devastadores no interior da Universidade e ,ainda, vislumbrar como o processo de feminização do trabalho se alastrou de tal forma que é preciso lançar um olhar científico sobre este espaço.Os efeitos são os mais variados mas transforma e aprofunda a precarização principalmente nos setores mais rebaixados da estrutura produtiva. Diante desta realidade é que se fez necessária a realização da presente pesquisa.

Este estudo foi subsidiado pelo método qualitativo de pesquisa visto que:

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalho com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações médias e estatísticas. (MINAYO,2004)

Foram realizados levantamentos documentais e entrevistas semi-estruturadas com nove trabalhadoras da área da limpeza da Universidade de Brasília com idades entre 30 e 54 anos,moradoras das periferias do Distrito Federal e Entorno e,em sua maioria, mães. Todas as participantes foram devidamente esclarecidas quanto à natureza e os objetivos da pesquisa através da leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados pessoais coletados foram devidamente resguardados para que nenhuma das participantes tenham suas identidades identificadas. Visto que o Código de Ética Profissional do Assistente Social salienta no Artigo 16 que *”O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional”*. E ainda, segundo o Artigo 17 *“É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional.”*

A escolha de ter como objeto de estudo mulheres terceirizadas do setor da limpeza se deu com base na hipótese de que as transformações no mundo de trabalho aprofundaram as formas de exploração e que dentro destas formas se encontra ,também,as formas terceirizadas de trabalho que abriga grupos sociais

que historicamente ocuparam a base da pirâmide social. Neste caso, essas trabalhadoras além de serem terceirizadas estão localizadas em uma função que historicamente esteve ligada às funções de responsabilidades femininas: as tarefas de limpeza e organização do ambiente.

Por fim, cresce o regime de contratação de trabalhadoras e trabalhadores através de contrato terceirizado e este fator é preocupante. A terceirização já mostra seus efeitos sobre a saúde física e mental destas pessoas pois são submetidas à jornadas exaustivas de trabalho diariamente. Baixos salários, condições precárias no ambiente de trabalho, redução e anulação de direitos trabalhistas fazem parte da realidade dos terceirizados. E ainda, no interior da categoria são as mulheres que realizam os trabalhos terceirizados menos privilegiados socialmente como é o caso do setor de limpeza, copa e cozinha, almoxarifado, etc. Portanto, o objetivo desta pesquisa é analisar os efeitos do avanço das políticas neoliberais na educação e os seus efeitos sobre as condições e relações de trabalho no interior da Universidade. Ao final, estão as análises da pesquisa realizada com trabalhadoras terceirizadas da Universidade de Brasília sobre as condições de trabalho destas mulheres que em pleno século vinte um vivenciam diárias medievais e desumanas. Estas mulheres precisam de visibilidade e é este o objetivo desta pesquisa. Sim, as terceirizadas existem.

## **Capítulo 01**

### **Trabalho e Neoliberalismo**

### **1.1-Trabalho: essência humana.**

Entender o trabalho e suas complexidades é essencial para decifrar o momento histórico atual. É a partir dele que se pode desenvolver assertivas acerca das condições de vida da classe trabalhadora, pois, este é um elemento intrínseco às suas vidas. Para tentar vislumbrar um diagnóstico da realidade atual é preciso entender o trabalho em sua gênese.

O trabalho é uma interação entre o ser humano e a natureza. É o movimento de transformação dos recursos disponíveis no meio ambiente em benefício da vida. Para sua efetivação é preciso que mulheres e homens realizem o dispêndio de suas forças físicas e mentais.

Põe em movimento as forças naturais de seu corpo-braços e pernas, cabeça e mãos- a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.(MARX,2013:211)

Portanto, trabalho é transformação da natureza pelo sujeito e do sujeito pela natureza. Se constitui em um movimento circular complexo de transformação dos dois seres e é inerente à vida humana. O trabalho é o mecanismo pelo qual os humanos se diferem dos demais animais.

É atividade dirigida com o fim de criar valores de uso,de apropriar elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana,sem depender,portanto, de qualquer forma dessa vida,sendo antes comum a todas as suas formas sociais.(MARX,2013:218)

Ele tem protagonismo decisivo na formação dos seres humanos em sociedade. É através do trabalho que se constituem os seres sociais, que se realiza a vida coletiva,em comunidade. A não extinção da raça humana no seus primórdios só foi possível pela vida comum com outros seres humanos. O trabalho não pode se reproduzir e evoluir se não é passado de ser humano para ser humano, portanto, trabalho também é aprendizagem.

A atividade do trabalho pelos homens e mulheres é completamente

diferente do trabalho feito por animais. Os animais são seres movidos por seus instintos pois precisam suprir suas necessidades físicas e ,por este motivo, realizam trabalho. O ser humano também precisa encontrar formas que garantam sua sobrevivência através do trabalho,porém, possui um atributo único e crucial que o torna diferente: a prévia-ideação.A capacidade de prever o trabalho finalizado muito antes de começá-lo e de dar sentido à aquele objeto. Usar a natureza para que atenda às suas necessidades, as quais evoluíram em suas complexidades no decorrer da história da humanidade.

A aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la na realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.(MARX,2013:212)

Nos primórdios, mulheres e homens viviam na condição de nômades, depois se fixaram em terras férteis para o cultivo, logo após, domesticaram animais para consumo póstumo, e assim por diante através do aprimoramento das suas técnicas de trabalho foram criando novas necessidades que garantiram e facilitaram sua sobrevivência na terra. E desta forma se segue até os dias atuais.

Toda atividade laboral é destinada a construir objetos e coisas úteis à vida humana. Ganham sentido no mundo à partir das necessidades dos sujeitos e são criadas para preencher determinado espaço na vida humana. Ou seja, elas são úteis, foram feitas para determinadas necessidades, possuem valor de uso.

O trabalho humano, a ação do homem sobre a natureza,cria bens que constituem valores de uso para os membros da sociedade - entendendo-se por valor de uso algo que tem a finalidade e a qualidade de satisfazer uma necessidade qualquer. Para que tais bens cumpram a sua função (ou seja, para que se realizem),eles devem ser distribuídos(repartidos) e consumidos.(NETTO e BRAZ, 2009:62)

No desenrolar da história da humanidade as comunidades primitivas adaptaram e aperfeiçoaram as formas de realizar suas atividades a tal ponto que começaram a produzir além do que precisavam para sua subsistência. Esse excedente começou a servir de troca entre as comunidades, forma embrionária de

comércio. O aprimoramento das técnicas proporcionou que determinadas áreas do ramo produtivo crescessem cada vez mais o que possibilitou a passagem para a divisão daqueles que produzem os bens e os que se apropriam destes.

O trabalho que tem em sua essência a função de suprir as necessidades humanas que são inerentes ao ser, de ter utilidade prática na vida em sociedade, ganha um novo contorno com a estruturação de um novo modelo de produção. As bases para a instituição deste modelo foram substituídas gradativamente através da evolução das formas de trabalho e se consolida de fato com a decadência da sociedade feudal. O modelo de produção capitalista é fruto de um processo histórico evolutivo cujos alicerces estão inteiramente ligados ao desenvolvimento das forças produtivas, o trabalho além de possuir seu valor de uso também possui um valor de troca materializado na mercadoria.

Portanto, o trabalho possui um caráter duplo nesta sociedade. A sua natureza útil que está inteiramente ligada à essência dos seres humanos, seu valor de uso, e seu valor de troca materializado na figura da mercadoria que também é reprodução e comercialização de valores de uso em massa. Quanto mais dispêndio de trabalho realizado para a produção da mercadoria maior será o seu valor.

A produção geral de mercadorias é dividida por ramos de produção, ou seja, são produzidas separadamente de acordo com sua natureza. Portanto, os trabalhadores e trabalhadoras estão inserido em uma divisão social e sexual do trabalho que está diretamente relacionada com a localização de determinada produção na produção geral de mercadorias, as condições de trabalho e a remuneração da força de trabalho.

A divisão social do trabalho é a expressão econômica do caráter social do trabalho no interior da alienação. Ou, posto que o trabalho não é senão uma expressão da atividade humana no interior da alienação, da exteriorização da vida como alienação da vida, assim também a divisão do trabalho nada mais é do que o pôr alienado, alheado da atividade humana enquanto atividade genérica real ou como atividade do homem enquanto ser genérico. (MARX, 1978:24)

Para que existam diferentes ramos de produção é preciso que se adquira

meios para tal como a terra, matéria-prima, insumos, máquinas, trabalhadores, etc. Nesta forma de sociabilidade esses bens são privados do conjunto da sociedade e apropriados por uma minoria. Os meios de produção e os lucros desta são apropriados pelos sujeitos que os compram, o capitalista. O trabalhador não escapa desta lógica, pois, também se torna mercadoria a partir do momento em que os seus serviços são contratados.

Portanto, a funcionalidade do trabalho na sociedade capitalista se expressa através de duas características. A primeira delas é, segundo aponta Antunes, seu caráter útil e cotidiano, *work*. E o trabalho como mercadoria, distanciado de sua essência humanizadora. O trabalho estranhado se torna a esfera que fragmenta as potencialidades do ser, onde seu valor é mercantilizado, quase um fardo, *labour*.

O trabalho entendido enquanto *work* expressa então uma atividade genérico-social que transcende a vida cotidiana. É a dimensão voltada para a produção de valores de uso. É o momento da prevalência do trabalho concreto. Em contrapartida o *labour* exprime a realização da atividade cotidiana, que sob o capitalismo assume a forma de atividade estranhada, fetichizada. (ANTUNES, 2011:83)

Para entender o porque o trabalho no capitalismo é concebido na forma de *labour* é preciso identificar as relações que se criaram entre a classe trabalhadora e o capitalista. A princípio, através de um olhar distanciado, o trabalho é uma mercadoria comum igual às outras em que há uma troca justa de serviços prestados pelo trabalhador por um salário. Mas essa visão é muito equivocada e é defendida por uma parte da sociedade com unhas e dentes. O trabalho é a mercadoria mais valiosa entre todas as outras milhares de mercadorias da face da terra. Tem esse enorme valor porque o trabalho é uma mercadoria que produz mercadorias.

O trabalhador se lança ao mercado de trabalho em busca de um trabalho que lhe pague um salário no fim do mês para suprir suas necessidades. Parte de sua jornada de trabalho é responsável por garantir a sua alimentação, o pagamento de seu aluguel, vestimentas, o transporte para ir ao trabalho, enfim, o básico para mantê-lo vivo. Vale lembrar que essas determinações estão ligadas à

condições culturais e sociais de determinada época. A esta parte do dia de trabalho constitui-se o tempo de trabalho necessário.

Chamo de tempo de trabalho necessário a essa parte do dia de trabalho na qual sucede essa reprodução; e de trabalho necessário o trabalho despendido durante esse tempo. Ambos são necessários ao trabalhador, pois não dependem da forma social de seu trabalho, e necessários ao capital e ao seu mundo baseado na existência permanente do trabalhador. (MARX, 2013:253)

Trabalhadas as horas que garantem a volta do trabalhador à fábrica, a jornada de trabalho tem continuidade. Estas atividades laborais realizadas durante este período de tempo constituem o trabalho alienado, subtraído, não pago ao trabalhador.

O segundo período do processo de trabalho, quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não representa para ele nenhum valor. Gera a mais-valia que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada. A essa parte do dia de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente. (MARX, 2013:253)

O trabalho é a mercadoria mais preciosa, a menina dos olhos dos capitalistas, porque ele é a fonte que possibilita a exploração do trabalho não pago aos trabalhadores. A fonte do mais-valor, do trabalho realizado mas não pago: é a mais-valia. Segundo Marx: "A taxa de mais-valia é, por isso, a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalho pelo capitalista." (MARX, 2013:254)

Portanto, quanto maior o tempo de trabalho excedente maior será o furto do patrão e, proporcionalmente, menor será o tempo de trabalho necessário, a única parte pelo qual realmente lhe é pago. A mais-valia pode ser denominada de duas formas. O capitalista pode estipular a extensão da jornada de trabalho e esse movimento aumenta o tempo trabalho gerando uma extração maior de mais-valia. Ou ainda, manter o mesmo tempo de trabalho e aumentar o ritmo do trabalho forçando o aumento da produção de mercadorias, maximizando sua apropriação do trabalho, mais-valia absoluta. Já em períodos da história de tensão social onde a classe trabalhadora se organiza para lutar por condições dignas de vida, por exemplo, há um recuo do capitalista onde é necessário diminuir o tempo de



trabalho de trabalho necessário:

Quando não dispõe de condições políticas que lhes permitam a ampliação da jornada de trabalho, os capitalistas tratam de encontrar meios e modos de reduzir, no seu interior, a parte relativa ao trabalho necessário: se mantém um limite para a jornada (por exemplo: oito horas), o que se reduz no tempo de trabalho necessário se acresce no tempo de trabalho excedente. Com essa alternativa, tem-se a produção de mais-valia relativa. (NETTO e BRAZ, 2009:108)

Muitos estudiosos contemporâneos apontam para a tese de que a sociedade capitalista moderna avançou de tal maneira, através dos grandes recursos tecnológicos disponíveis, que o trabalho não é mais um elemento estrutural desta sociabilidade. Dissertam acerca de uma suposta crise no mundo do trabalho onde este perde sua centralidade.

De fato o número de operários diminuiu drasticamente nas últimas décadas. Esse dado tem reflexo direto com o avanço da robótica e a substituição de parte do trabalho vivo por trabalho morto nos processos de produção. Mas isso não coloca em xeque a importância do papel do trabalho na estrutura produtiva. Por exemplo, ao mesmo tempo em que diminuiu a quantidade de operários nas fábricas cresce o número de trabalhadores localizados no terceiro setor.

Os produtos criados pela Toyota, Benetton ou Volvo, por exemplo, não são outra coisa senão mercadoria que resultam na interação entre trabalho vivo e trabalho morto, capital variável e capital constante. Mesmo num processo produtivo, tecnologicamente avançado (onde se pudesse criar o predomínio de atividades mais intelectualizadas, mais qualificadas), ainda assim a criação de valores de troca seria resultado dessa articulação entre os trabalhos vivo e morto. (ANTUNES, 2011:79)

O trabalho concreto é aquele voltado para a produção de valores úteis que depende da atividade humana, através de gasto físico e intelectual, para ser efetivado. No processo de produção de mercadorias o trabalho é alienado, desefetivador, fragmentado e se materializa na mercadoria.

Sabe-se que, no universo da sociabilidade produtora de mercadorias, cuja finalidade básica é a criação de valores de troca, o valor de uso das coisas é minimizado, reduzido e subsumido ao seu valor de troca. Mantém-se comente enquanto condição necessária

para a integralização do processo de valorização do capital, do sistema produtor de mercadorias. Do que resulta que a dimensão concreta do trabalho é também inteiramente subordinada à sua dimensão abstrata.(ANTUNES,2011:80)

A diminuição da jornada de trabalho, a implementação de maquinários tecnologicamente evoluídos, a redução do trabalho vivo na produção são reflexos do avanço das forças produtivas mas não significa que o papel do trabalho concreto desapareceu.

Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias.(ANTUNES,2011:79)

Portanto, o trabalho abstrato é parte estruturante de um modelo de produção que subjuga a classe trabalhadora à exploração. Que transforma seres humanos em mercadorias que é a força vital da engrenagem produtiva, que se apropria do trabalho que nunca será pago à aqueles que o realizaram.

O trabalho é inerente aos seres humanos, é o que os transformam em seres sociais. É parte fundamental e imprescindível para a efetivação da vida em sociedade. Algo que traz em sua essência os laços que envolvem troca de saberes, solidariedade, reconhecimento só pode ser resgatado por aqueles que vivem do trabalho, a classe trabalhadora. Somente dela poderá partir reações e respostas na construção de uma nova sociabilidade.

A realidade de uma época não é imutável, muito pelo contrário, a história da humanidade é marcada por grandes transformações econômicas e sociais. As mulheres e homens são sujeitos e protagonistas dos rumos que a humanidade toma. Cabe a elas e eles derrubarem os pilares do capitalismo e construir uma sociedade fundada no trabalho concreto onde se produza, verdadeiramente, objetos úteis para o uso comum. Que os frutos deste trabalho não sejam apropriados por poucos, mas sim, comum a todos. Que o aumento do tempo livre seja símbolo da efetivação da vida humana no sentido mais amplo e plural. Que se possa evoluir de tal forma que trabalhar não será mais um fardo mas sim uma

contribuição que efetivará o sentido da vida humana por completo.

## **DESESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO NEOLIBERAL**

O século XX foi palco de profundas transformações que afetaram a trajetória da luta de classes em escala mundial. Um período decisivo para entender as façanhas e estratégias que o sistema capitalista adotou como meios de garantir a produção e reprodução social nos marcos do capital. Tais estratégias exigem respostas substanciais da classe trabalhadora e de outros setores importantes da sociedade. O espaço acadêmico é uma importante ferramenta de resistência através da produção de conhecimentos à serviço dos interesses da classe, que pode ter um papel importante no questionamento da ofensiva da barbárie social que avança a passos largos.

### **1.2 - Os Direitos do Trabalho no Capitalismo Regulado**

O início do século foi marcado por processos revolucionários que sacudiram a ordem. O maior deles foi a Revolução Russa. A constituição de um pólo de resistência ao modelo de produção vigente, e que, tornou-se referência para o conjunto do movimento operário mundial. Surgiu aos olhos do mundo a possibilidade real da construção de uma outra sociabilidade. A possibilidade da construção de uma sociedade para além do capital.

Porém, diante do inimigo que começava a rugir, o socialismo, e após a passagem de profundas crises, como a de 1929, e duas Guerras que devastaram as economias foi necessário constituir um rearranjo das peças do tabuleiro. Como Letizia sintetiza:

O Estado Liberal evoluiu, ao longo das violentas convulsões sociais da primeira metade do século XIX, para Estado Social, no sentido de estado garantidor de ensino público e de seguridade social. O Estado Social nasceu de uma relação de forças desfavorável à burguesia no final da II Guerra Mundial, que teve como ponto culminante o estado de bem estar na Europa Ocidental, o qual pretendeu por um momento ser uma versão "democrática" do socialismo. O Estado Social, contudo, nunca significou apenas responsabilidade do Estado como a prestação de certos serviços sociais; sempre significou paralelamente intervencionismo

garantidor da lucratividade do capital, a pretexto de impulsionar o desenvolvimento gerador de emprego.(LETIZIA,2012:29)

O baque da crise de 1929 foi enorme na vida da população não só americana mas teve proporções mundiais. Deixou milhares de trabalhadores sem emprego, moradia e alimentação, ou seja, totalmente desprotegidos, o que ,conseqüentemente, expôs as faces de um verdadeiro caos social. Esse fator foi determinante na necessidade de forçar o Estado a assumir de forma mais contundente a implementação de políticas sociais.

A primeira grande crise do capital, com a depressão de 1929-1932, seguida dos efeitos da Segunda Guerra Mundial, consolidou a convicção sobre a necessidade de regulação estatal para seu enfrentamento. Esta só foi possível pela conjugação de alguns fatores como: a) estabelecimento de políticas keynesianas com vistas a gerar pleno emprego e crescimento econômico num mercado capitalista liberal; b) instituição de serviços e políticas sociais com vistas a criar a demanda e ampliar o mercado de consumo, e c) um amplo acordo entre a esquerda e direita, entre capital e trabalho(Pierson,1991;Mishra,1995),nas condições já tratadas anteriormente.(BEHRING e BOSCHETTI,2011, p.92)

Essa medida não foi um presente para os trabalhadores, foi usada como tática para conter o avanço da organização da classe e retomar o crescimento econômico. Para isso, foi muito importante a formação de um pacto social entre as classes dominantes e a classe dominada para que, dessa forma, um Estado "mantenedor" capitalista fosse uma alternativa à recém-nascida União Soviética. A tática usada para ser a mediadora entre a manutenção das relações sociais capitalistas e a concessão de direitos por parte do Estado foi a implementação de medidas mais amplas que tivessem um caráter universalista e, principalmente, fosse um modelo representativo do "bem-estar social" que fazia parte inerente da engrenagem do modelo de acumulação do capital.

O avanço das políticas sociais naquele período está diretamente relacionado com o momento econômico que os países imperialistas vivenciavam. O período Pós-Guerra permitiu um grande aumento de acumulação de capital,principalmente, por parte dos Estados Unidos. Aliado a isso a organização do movimento operário, que exigia melhorias substanciais na suas condições de vida, foi determinante para

a configuração dos chamados “Anos de Ouro”.

O fato de que o momento econômico era de razoável estabilidade e que a classe trabalhadora organizada teve papel fundamental na formulação de políticas públicas por parte do Estado são determinantes nesse processo. Mas é importante delinear os limites que as políticas sociais ampliadas tiveram em seu período de existência pois são frutos da contradição do embate entre o capital e trabalho. O Estado se constituiu como mediador frente à crise antes que a ordem social fosse colocada em xeque. É nesse momento que o capital cede algumas demandas sociais em prol da manutenção da estrutura produtiva.

Amparada por literaturas que defendiam um maior intervencionismo do Estado em momentos de turbulência econômica como forma de amenizar os efeitos da crise, como defendia Keynes, essas políticas ainda que apresentassem avanços sociais tiveram um breve momento de existência porque eram, e são até os dias atuais, parte da estrutura econômica e atendem determinadas necessidades ,porém, a partir do momento em que colocam em risco o avanço do capital são prontamente dissolvidas.

Esse momento é caracterizado por um conjunto de fatores"os princípios que estruturam o *Welfare State*, segundo o autor(Mishra), são aqueles apontados no *Plano Beveridge*: 1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação, e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma "rede de segurança" de serviços de assistência social.(BEHRING e BOSCHETTI,2011,p.94)

É importante salientar que o desenvolvimento do Estado de Bem Estar(*Welfare State*) nos países de capitalismo avançado não se desenvolveu de forma descolada e espontânea, os determinantes sociais e econômicos foram basilares para sua implementação. A necessidade de expansão dos mercados foi combinada à estruturação de um modelo de produção que atendesse o crescente aumento produtivo, que massificasse a produção e o consumo, o fordismo.

Aliado às necessidades da estrutura produtiva era necessário convencer a classe trabalhadora a se adaptar a essas novas formas de trabalho que modificariam radicalmente as formas de produção e aumentaria a exploração sobre a força de trabalho. O Estado assume o papel de convencimento da classe, o papel de mediar este processo através da implementação das políticas sociais. Esse movimento foi subsidiado pelas bases ideológicas do keynesianismo e a nova plataforma produtiva fordista que deram sustentação ao período de grande crescimento econômico capitalista.

Ao keynesianismo agregou-se o pacto fordista- da produção em massa para o consumo de massa e dos acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho. O fordismo, então, foi bem mais que uma mudança técnica, com a introdução da linha de montagem e da eletricidade: foi também uma forma de regulação das relações sociais, em condições políticas determinadas.(BEHRING e BOSCHETTI,2011, p.86)

Os resultados das políticas implementadas bem como o aumento do número da taxa de emprego, um acesso maior ao consumo de mercadorias e o reflexo das políticas sociais sobre a vida das pessoas tiveram influência na organização política da classe trabalhadora ao redor do mundo. Aquelas medidas pareciam transparecer que era possível acomodar os interesses da classe trabalhadora ao lado dos interesses do capital. Essas perspectivas constituíram as bases da social-democracia que se apresentava como mediação entre os modelos capitalista e socialista.

Porém essa nova proposta de Estado começa a ser questionada. O crescimento econômico caí paralelamente com o aumento do preço do petróleo, as taxas de desemprego aumentam, convulsões sociais começam a despontar ao redor do mundo,em suma, os gastos sociais do Estado são apontados como causa desses problemas. Portanto, era preciso reestruturar o Estado e a produção.

A tão propagandeada promessa de bem estar social através do pleno emprego ,seguridade social e universalização dos serviços sociais tem seu fim em meados dos anos 70. Não era mais atrativo investir em serviços sociais que

cumprissem o papel de subsidiar melhores condições de vida para a classe trabalhadora. O lema agora era cortar gastos e fazer tudo o que fosse necessário para alavancar as taxas de lucro.

É muito importante ressaltar que o chamado *Welfare State*, O Estado de Bem Estar Social, se restringiu aos países de capitalismo avançado e não se ampliou para os países periférico como o Brasil. Estes se mantiveram como fonte de matéria-prima e mão de obra barata para o mercado.

Os países de capitalismo tardio, como o Brasil, sofreram fortes influencias deste rearranjo econômico e social protagonizado pelas economias avançadas. A Revolução Russa, movimentos artísticos importantes como a Semana de Arte Moderna, a criação de organizações políticas de esquerda, etc, foram fundamentais no fortalecimento organizativo da classe trabalhadora brasileira.

Por outro lado, a crise de 1929 atingiu em cheio a industria cafeeira, principal ramo produtivo do país. Ou seja, o setor responsável pela manutenção econômica do país era totalmente dependente das exportações e estava estagnado já que os outros países, envoltos na crise, interromperam suas parcerias comerciais com o Brasil.

Com a paralisia do mercado mundial em função da crise de 1929-1932, as oligarquias exportadoras cafeeiras ficaram extremamente vulneráveis econômica e politicamente. E aquelas oligarquias do gado, do açúcar e outras, que estavam fora do núcleo duro do poder político, aproveitaram as circunstancias para alterar a correlação de forças e diversificar a economia brasileira. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.105)

Getúlio Vargas ascende ao poder em 1930, figura representativa da insatisfação das elites com a crise econômica, tem a responsabilidade de realocar a economia frente as novas demandas sociais. Seu intuito era claro: barrar o avanço do movimento operário. Para que isso ocorresse foi preciso ceder à pressão da classe e ampliar alguns direitos.

Em relação ao trabalho, o Brasil seguiu a referencia de cobertura

dos riscos ocorrida nos países desenvolvidos, numa sequência que parte da regulação dos acidentes de trabalho, passa pelas aposentadorias e pensões e segue com auxílios doença, maternidade, família, e seguro-desemprego. Em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, e em 1932, a Carteira de Trabalho, a qual passa a ser o documento da cidadania no Brasil: eram portados de alguns direitos aqueles que dispunham de emprego registrado em carteira. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 106)

Ainda que essas medidas representassem avanços na vida da classe trabalhadora brasileira se constituíram de forma focalizada, direcionada apenas aos trabalhadores legalmente registrados. As políticas sociais amplas dos Estados Unidos e Europa não foram efetivadas na prática no Brasil. Partindo do fato de que o movimento operário brasileiro ainda muito jovem, recém saído de relações de trabalho escravista, subordinados à uma elite preocupada exclusivamente com a reestruturação do mercado e retomada imediata dos lucros foram determinantes das relações clientelistas, filantrópicas e assistencialistas das políticas sociais brasileiras.

### **1.3-A classe trabalhadora sob o domínio neoliberal**

O grande símbolo da transição para esta nova fase em que o capitalismo entraria foi a Queda do Muro de Berlim em 1989. Letícia (2012) "Entra então em cena o capitalismo dito "neoliberal" com seu Estado Social de novo tipo, semiprivatizado." Ficava para trás a tentativa de "humanizar o capitalismo" através da implementação de políticas sociais e do "pleno emprego" e também o paradigma Soviético, já burocratizado pelo Stalinismo, mas que ainda assim, ameaçava a ordem. A partir daí, a passagem fica livre para o novo liberalismo, estavam extintos os obstáculos que impediam a recuperação das antigas taxas de lucro sob o aumento da exploração da classe trabalhadora.

A partir da crise do capitalismo instalada no final da década de 70 precisou-se pensar novas estratégias para garantir a produção e reprodução das formas de dominação. Na intenção de resgatar as taxas de lucro e conter a organização dos trabalhadores, começa a ser estruturado um novo modelo de produção em meados dos anos 80.



Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser.(Antunes,2011:.23)

A passagem do século 20 para o século 21 presenciou mudanças drásticas de direção. Agora tem-se um Estado que garanta mínimos sociais para a reprodução da força de trabalho e máximos para os detentores do capital. A mudança de funcionamento do mundo é tão drástica que afeta não só o funcionamento do Estado, o modo de produção, as políticas sociais mas também, conseguiu interferir na subjetividade dos sujeitos. A reestruturação não é só produtiva é,principalmente, ideológica.

Esse complexo momento histórico tem suas bases sustentadas em um Estado mínimo que privatiza os principais serviços sociais criando um novo mercado extremamente lucrativo.Garante os mais variados incentivos e isenções fiscais para o grande capital,inclusive, em alguns casos subsidiando totalmente seus empreendimentos.E principalmente, tem papel fundamental nos momentos de crise, injetando bilhões de reais em grandes monopólios, se preciso for.Esse Estado é fundamental para a implementação do projeto neoliberal em escala mundial.

Defendem um Estado mínimo nas relações de mercado e na mediação entre capital e trabalho,e máximo para a garantia das condições de reprodução do capital. A substituição de políticas públicas ampliadas por políticas focalizadas,excludentes,mínimas gerenciadas pelo setor privado. O desmonte dos direitos sociais trabalhistas a partir da flexibilização das formas de trabalho. Todos estes fatores são fundamentais para o avanço da exploração da classe trabalhadora em função do avanço do capital.

Em resumidas contas, a reestruturação do Estado em curso pode ser sinalizada como hipertrofia da sua função de garantidor da acumulação capitalista simultaneamente à sua tarefa como legitimador desta; na medida em que o fundamento dessa reestruturação é a concepção de que o único regulador societal legítimo e eficiente é o mercado, o que vem emergindo da reestruturação em curso é um Estado mínimo para o trabalho e

máximo para o capital.(NETTO,2004,p.72)

O modelo fordista que priorizava o aumento cada vez maior da produção onde o tempo era um fator determinante no processo de produção se torna arriscado demais. Por isso era preciso mudar. Esta nova reconfiguração do sistema é necessária para a sua própria sobrevivência, uma resposta diante à crise exposta. Os modelos de produção em massa são gradativamente substituídos por modelos de produção flexíveis onde o constante aumento da produção deixa de ser um determinante. Existe uma tentativa clara de se ter uma produção mais “racional”, mais localizada.Segundo Antunes (2011) ,novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são "substituidos"pela flexibilização da produção, pela especialização flexível", por novo padrões de busca de produtividade.

Essa metamorfose se sustenta no arranjo das estruturas organizacionais do trabalho: " Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológicas e organizacional."(Antunes, 2011:28)

Agora, é arriscado demais não ter um controle maior sobre a produção de mercadorias. Chega a ser considerado algo irresponsável visto que a crise econômica sinalizou que estas formas organizacionais de produção deveriam adaptar-se de forma mais "racional" ao mercado. Nesta adaptação das estruturas produtivas a produção é baseada de acordo com a quantidade demandada de mercadorias . No fordismo a produção em massa para um consumo de massa era fundamental para o impulso da economia. Porém, em períodos onde a instabilidade econômica e a iminência de crises não propiciam a absorção das mercadorias pelo mercado,através do consumo, foi preciso instaurar adaptações necessárias ao antigo modelo.

O trabalho individual passa,agora, a ser realizado por equipes rompendo-se com o caráter parcelar típico do fordismo(Gounet, 1992:40).Uma pequena quantidade de operários tomam conta de uma produção inteira operando através

de diversas máquinas. Essa é a chamada flexibilização organizativa, o operário agora deve se adaptar e qualificar-se para ser um trabalhador "polivalente". Quanto mais a força de trabalho for adaptável a fazer diversas tarefas ao mesmo tempo, melhor para o patrão que não precisará contratar mais funcionários, e assim, pode aumentar ainda mais seus lucros.

Um dos mais intrigantes mecanismos do modelo flexível, em relação a sua estrutura organizativa, tem haver com a forma de lidar com a força de trabalho. A criação de mecanismos "participativos" dentro das fábricas, a realização de atividades recreativas durante os intervalos e a redução de mecanismos repressores diretos são formas muito bem elaboradas de maquiar a exploração do trabalho vivo. Talvez essa seja a estratégia mais inteligente do neoliberalismo. Tornar homens e mulheres que tem potencialidades de se entenderem como seres protagonistas de sua própria libertação em meras mercadorias. E ainda, convence-os de que não existe nada para além dessa realidade.

O poder de manipulação da classe trabalhadora se torna muito superior às antigas formas coercitivas. Alves (2010) salienta, constitui-se uma nova estrutura da vida cotidiana de homens e mulheres que trabalham. São mecanismos que extrapolam o ambiente de trabalho e estão presentes em todas as áreas da vida humana.

É como se um sistema conseguisse criar trabalhadores "ideais" modelados para terem habilidades e características compatíveis e conciliáveis prontas para serem exploradas pelo patrão, com possibilidades quase nulas de resistência e questionamento. É o que Alves (2010) afirma como *captura* da subjetividade do homem que trabalha e redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria.

O trabalho, atividade inerente aos seres humanos que transformadora da natureza e de si próprios permite aos homens e mulheres viver em sociedade é usurpado por valores capitalistas e se torna mercadoria. Alves(2010) assinala que este é um processo de corrosão/inversão/perversão do ser genérico do homem

como ser social.

O combustível existencial do modelo flexível de produção é a flexibilização da força de trabalho. O esvaziamento do sindicalismo, a fragmentação da classe, o fechamento de milhares de postos de trabalho e conseqüentemente, o alto índice de desemprego desembocou no desmonte violento dos direitos historicamente conquistados .

Outro ponto essencial do toyotismo é que, para a efetiva flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado.(Antunes:2011:34)

O desemprego estrutural em escala mundial é um elemento-chave que determina e condiciona a classe a se sujeitar a tais condições de trabalho. O receio de perder o emprego e o aumento cada vez maior da competição entre os próprios trabalhadores dão condições confortáveis para que os patrões ditem as regras como bem entenderem.

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do *desemprego estrutural*, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril, de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.(Antunes,2011:47)

O processo de domínio ideológico sob os trabalhadores e trabalhadoras tomou proporções nunca vistas antes na história da luta de classes. Esse processo tem haver com a flexibilização de cargos e modalidades de contratação(terceirização), flexibilização dos salários,o desemprego estrutural, a instabilidade dos cargos podendo haver demissões em massa a qualquer momento,e principalmente, o controle dos ferramentas de resistência da classe: os sindicatos.

Existe uma clara crise de representatividade sindical atualmente. Isso tem haver com: a) a falta de combatividade desses, muitos deles foram corrompidos pelas próprias empresas b) a dificuldade de organizar uma classe difusa em vários cargos e tipos de contratação c) o esvaziamento da consciência de classe, o número de desfilados tem aumentado drasticamente nos últimos anos e d) a falta de criatividade e inovação das praticas sindicais que estão presas a antigos modelos de mobilização da classe, e que, por vezes perdem sentido na realidade atual. De acordo com Antunes(2011:68), esse quadro complexo ,de múltiplas tendências e direções, afetou agudamente o movimento sindical, originando a crise mais intensa de toda a sua história.

Há ainda um grande impeditivo na área sindical que é a neocorporativa que segundo Antunes(2011:67), procura preservar os interesses do operariado estável, vinculado aos sindicatos, contra os seguimentos que compreendem o trabalho precário. Esse é um grande exemplo de como se dá a fragmentação da classe dentro de um mesmo setor de atividade.

São alguns desses complexos contextos colocados acima que estão diretamente relacionados com as condições cada vez mais degradantes que hoje se encontra a classe trabalhadora e que estão presas a formas tão sofisticadas de dominação ideológica que talvez ainda seja difícil para os trabalhadores e trabalhadoras identificarem suas amarras. Porém, é preciso identificar esses elementos como parte de um processo histórico que está em curso, e que, o poder da classe organizada é muito maior que qualquer modelo produtivo capitalista.

#### **1.4-Neoliberalismo no contexto brasileiro**

Como foi ilustrado acima, o Brasil não passou pelo processo de “Estado de Bem Estar”, nunca possui políticas sociais universalistas, muito menos, pleno emprego. As políticas sociais brasileiras são marcadas pela filantropia, a focalização, a restrição e a implementação destas ferramentas como um favor, uma benesse que não se caracteriza no imaginário popular como um direito. Esse é um detalhe que tem impacto direto sobre como se deu a implementação do

neoliberalismo no país.

A década de 1980 foi marcada por uma forte crise financeira: crescimento econômico baixo e uma grande dívida deixada pelos “anos de chumbo”. Dívida esta que existe até os dias atuais. O país então mergulha em um processo de empobrecimento. Em contrapartida, também foi palco de grandes conquistas sociais protagonizadas pelos movimentos sociais organizados o grande símbolo desse processo é a Constituição de 1988 que garante e amplia diversos direitos sociais.

Em meio a esses processos contraditórios o país segue sendo uma das economias dependentes da exportação de matéria-prima para as economias centrais. Diante do cenário mundial de reorganização produtiva, o mercado central exige que sua periferia se adéque às novas formas de produção à fim de diminuir os custos da produção e maximização dos lucros.

Assim, foi na década de 1990, seguindo as orientações do Consenso de Washington, o Estado brasileiro teve espaço suficiente para implementar o seu projeto neoliberal no país. Uma das primeiras coisas que o governo buscou fazer foi o ajuste fiscal, que desfinanciou os investimentos em políticas sociais. As privatizações também foram um ponto crucial para o pontapé inicial do avanço neoliberal. Primeiro privatizaram as empresas públicas, e logo após, os serviços.

O neoliberalismo e seus pilares de privatização dos serviços públicos, a flexibilização do trabalho e os ataques às conquistas dos trabalhadores garantiam à burguesia o fortalecimento de sua ideologia de livre mercado, competição e fragmentação da classe trabalhadora. Foi com o Consenso de Washington, em 1989, que instituições do imperialismo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, assinaram um termo de aplicação de medidas econômicas nos países da América Latina. Assim, as burguesias desses países passaram a implementar tais medidas que seguiam a tendência internacional de flexibilização, privatização e precarização. (ASSUNÇÃO, 2013, p. 50)

No Brasil esse processo tem enraizamento com o governo de Collor na década de 90 que levou a uma dependência externa ainda maior com a implantação de diversas multinacionais, já iniciado pelos militares a partir da instauração da

ditadura. Para os trabalhadores as condições de trabalho se agravaram ainda mais já que houve um avanço das privatizações e o desmonte de diversos direitos trabalhistas.

Em virtude disso, percebe-se que dos 50,1% do total da força de trabalho que obtinham alguma forma de proteção social e trabalhista em 1990 restaram menos de 45% em 2000. Além da precarização das condições e relações de trabalho no Brasil, o receituário neoliberal da década de 1990 foi responsável pela piora na distribuição da renda. Entre 1990 e 2002, por exemplo, a participação do rendimento do trabalhadores retrocedeu 13,4% pois passou de 45,4% para 39,5% da renda nacional. (POCHMANN,2010,p.27)

Ou seja, em consonância com o processo de precarização, aumenta-se ainda mais a desigualdade no país. Um fenômeno muito interessante para se analisar é a questão do desemprego. Como ilustrado anteriormente, o desemprego estrutural é uma das características do modelo de acumulação flexível e no Brasil não é diferente. Segundo Pochmann e Antunes(2007), pode-se ter uma dimensão quantitativa do processo de degradação do trabalho na periferia do capitalismo mundial. Desde 1998, esse desemprego encontra-se acima de 9%.da força de trabalho.

A efetividade do programa neoliberal aprofundou os sinais de desestruturação do mercado de trabalho, com o crescimento combinado do desemprego, de postos de trabalho precários e do dessalariamento. De cada dez novos trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho ao longo da década de 1990, somente seis encontraram alguma ocupação. Desse universo, apenas quatro obtiveram emprego com carteira assinada. (POCHMANN,2010,p.29)

Os últimos 12 anos foram verdadeiramente emblemáticos para a história política brasileira. Cansados dos arrochos salariais, da contra-reforma da previdência, da privatizações de serviços e vendas de empresas estatais promovidas pelo governo FHC no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, a classe trabalhadora elege um representante do Partido dos Trabalhadores, protagonista de lutas sindicais muito importantes no anos de 1980,então, sobe ao poder Luis Inácio Lula da Silva, primeiro presidente operário do Brasil.

A eleição de Lula foi um grito de mudança social pela qual clamava a classe trabalhadora brasileira. Porém, os 12 anos do governo do Partido dos Trabalhadores não significou uma mudança radical nas condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras:

O governo Lula garante que foi o governo que mais gerou emprego nos últimos anos. Mas que tipo de emprego foi gerado? Os empregos precários, sem direitos ou com direitos flexibilizados. Segundo um documento do próprio Ministério do Planejamento existiu um gasto real de 75% com a terceirização no governo Lula de 2002 a 2006, ao passo que o gasto com contratação de efetivos foi de 15%. O gasto com terceirização passou de R\$ 857 milhões em 2002, quando Fernando Henrique Cardoso estava terminando seu mandato, para R\$ 1,96 bilhão em 2006, no final do primeiro mandato do governo Lula. (ASSUNÇÃO, 2013, p. 52)

Neste sentido, acompanhando o processo mundial, a terceirização foi uma das saídas que a burguesia deu para o processo de aprofundamento das políticas neoliberais no Brasil. Este processo tem impacto direto na vida da classe trabalhadora brasileira pois possibilita um gasto menor com as folhas de pagamento e encargos trabalhistas, o que garante o aumento do lucro das empresas às custas do trabalho precarizado.

Portanto, ainda está em curso o processo e as consequências das políticas neoliberais no país. Com nuances diferentes da configuração mundial, a realidade brasileira retrata um modelo sustentado por empregos instáveis, em sua maioria informais e desprotegidos, políticas sociais privatistas e um Estado que se desresponsabilizou diante da catástrofe social que se vive.



**Capítulo 2**  
**Trabalho Feminino**

A classe trabalhadora não é composta por indivíduos com características homogêneas e indistintas. Muito pelo contrário, a localização geográfica de seus países, o setor produtivo, as etnias, o gênero são elementos que definem, muitas vezes, a localização desses indivíduos na pirâmide social. Essas especificidades hierarquizam as relações sociais e podem potencializar o grau de exploração de determinado setor da classe trabalhadora.

Um desses setores que tem ocupado cada vez mais o mercado de trabalho, muito embora em posições subalternas, merece especial atenção. As mulheres somam quase metade da força de trabalho mundial, porém, em pleno século vinte e um se vê cada vez mais necessário o aprofundamento de estudos sobre as condições de vida desse setor e ainda se torna muito importante a elaboração de políticas específicas que dêem respostas a esta problemática.

Nas últimas décadas ocorreram grandes conquistas arrancadas através de muitas mobilizações protagonizadas pelos movimentos de mulheres. A conquista de direito ao voto, as campanhas em prol da liberdade sexual e reprodutiva e o próprio ingresso massivo das mulheres no interior do mercado de trabalho foram muito importantes para o desenvolvimento de uma nova imagem da mulher pois contribuíram para o avanço da consciência do conjunto da sociedade. Porém, apesar de alguns avanços o momento atual que as trabalhadoras vivenciam trazem à tona reflexões objetivas de que nem tudo mudou, muito pelo contrário, avançam a passos largos grandes retrocessos que tem impacto direto nas conquistas históricas que as mulheres trabalhadoras obtiveram. Para compreender esse processo contraditório é preciso lançar um olhar científico sob a história.

### **2.1-A mulher e a história**

É comum encontrar teóricos que enaltecem o estágio que chegaram as forças produtivas no capitalismo defendendo este modelo como a forma o último estágio da humanidade. Estes intelectuais se referem ao passado da humanidade como formas primitivas e inferiores de organização societária. Tem como pressuposto

que a submissão e desvalorização de determinados grupos sociais sempre estiveram presente desde as formas mais primitivas de vida humana, portanto, são perfeitamente naturais e inerentes a esses seres humanos.

Porém, é importante entender que a humanidade já experimentou outras formas de sociedade baseada em um outro modelo produtivo que permitem adquirir um novo olhar sobre a construção histórica das relações humanas. Essas bases produtivas permitiram eu aqueles seres humanos vivenciassem outras formas de relações em sociedade.

A sociedade primitiva era matriarcal, e sua unidade estava constituída pela gens materna ou pelo clã materno. Além disso, a supremacia machista, que se sustenta sobre o mito de que as mulheres representam um sexo inferior, existe somente em nossa sociedade de classe patriarcal. No primitivo sistema patriarcal, baseado em princípios comunistas, não existia nenhuma forma de dominação de um sexo sobre o outro, da mesma forma que não existia o domínio de uma classe rica sobre a massa de trabalhadores. (REED, 2011:29)

A sociedade estruturada em um modelo de perpetuação do poder masculino como se esse fosse um dom natural e inato pelo qual todos os homens nasceram possuindo tais dons, o patriarcado. Trata de tornar a mulher como ser naturalmente coadjuvante em todas as formas de sociedade existentes, é como se as mulheres sempre tivessem ocupado posições subalternas pois tem “qualidades” diferentes dos homens, qualidades estas que as fazem “naturalmente” submissas e compadecidas aos líderes e provedores homens.

Neste caso, a sociedade acaba por encontrar outros fatores que possam funcionar como marcas sociais e justificar o desprestígio de outros setores demográficos e sua localização na base da pirâmide social. Todavia, determinados caracteres naturais não são passíveis de anulação ou abrandamento, o que facilita seu isolamento para funcionar como desvantagem no processo de competição. (SAFFIOTI, 1969:34)

Essa perspectiva da existência anterior de sociedades matriarcais estruturadas em um modelo produtivo coletivista foi invisibilizada durante muito tempo pois se tornou uma afronta à naturalização de relações de exploração e, principalmente, opressão dentro de um sistema que precisa de perspectivas

literárias que respaldem tais relações.

Seria difícil dizer o que era mais doloroso para o poder constituído: o fato de que a sociedade primitiva fora coletivista, igualitária e democrática, ou o fato de que fora matriarcal e que as mulheres ocuparam nela posições influentes e respeitadas pela comunidade. Da mesma forma, parece repulsivo o fato de que a família paterna- que se afirmava que sempre existira- tinha sido instituída muito mais tarde na história, e que sua origem coincidia com a passagem do sistema social matriarcal para o patriarcal. (REED, 2011:31)

Em relação às tarefas destinadas aos homens e mulheres, estas tinham papel protagonista no desenvolvimento da estrutura social pois eram elas as responsáveis pelas principais atividades da comunidade:

Resumindo, durante um período em que os homens se ocupavam exclusivamente da caça e guerra, as mulheres desenvolveram a maior parte dos instrumentos, dos conhecimentos e técnicas que estavam na base do progresso social. Da colheita espontânea de frutos, passaram à horticultura rudimentar e depois à agricultura. Entre a grande variedade de artes que praticavam, incluem-se a cerâmica, a curtição de peles, a tecelagem, a construção de habitações, etc. Foram as mulheres que desenvolveram os rudimentos da botânica, da química, da medicina e outros conhecimentos científicos. Assim, foram não só as primeiras trabalhadoras industriais e as primeiras agricultoras, mas desenvolveram também a sua mente e inteligência graças à variedade de trabalhos que tinham, convertendo-se nas primeiras educadoras ao transmitir seus conhecimentos e sua herança cultural a novas gerações de produtores. (REED, 2011:38)

Quanto às relações afetivas, as descobertas da antropologia quebram um grande tabu sobre as formas que as mulheres nestas sociedades vivenciavam a sexualidade. Enquanto no capitalismo a monogamia foi imposta às mulheres através do matrimônio nos modelos matriarcais de sociedade homens e mulheres gozavam de plena liberdade para viverem sua sexualidade de forma livre.

Tal contraste se agrava pelo fato de que esta igualdade e estas liberdades caminham paralelas também com algumas relações livres. tanto por parte dos homens como por parte das mulheres, em agudo contraste com as rígidas restrições sexuais impostas a mulher em nossa sociedade dominada pelo homem. (REED, 2011:34)

É importante traçar este norte histórico da características de vida das sociedades primitivas pois são provas que se contrapõe ao mito que define a

localização das mulheres na sociedade como grupo social historicamente marginalizado e excluído da vida pública e reiterar que esse processo de exclusão se deu gradualmente no interior da organização de vida das antigas sociedades primitivas

O impacto que as formas de produção e distribuição das riquezas de uma determinada sociedade balizam diretamente as relações sociais, as formas que homens e mulheres interagem entre si, o modo como estes seres humanos lidam trabalho fruto da transformação da natureza e a partir disso para qual finalidade será direcionado estes objetos socialmente produzidos. A divisão igualitária da produção pressupõe relações sociais mais democráticas e plenas como demonstra Reed:

A sociedade primitiva não só sobreviveu, mas prosperou, e isso porque no sistema comunitário, todas as mulheres cumpriam coletivamente as suas funções maternas, e todos os homens cumpriam coletivamente as funções paternas, frente a todas as crianças da comunidade. Nenhuma mulher dependia de um homem para o seu sustento, e nenhuma criatura dependia de um pai ou inclusive uma mãe para se manter. (REED,2011:44)

Porém, com o desenvolvimento cada vez maior das forças produtivas que permitiram um maior acúmulo de excedente produtivo possibilitou a transformação gradual daquele sistema a começar por mudanças no interior do clã.

A desintegração desta sociedade comunal se iniciou há uns seis ou oito mil anos, com a introdução da agricultura extensiva e da criação de gado em grande escala. Estes sistemas permitiram uma acumulação material necessária para se chegar a uma economia mais eficiente e a um novo modo de vida. A agricultura exige grupos de pessoas estabelecidas em torno de um pedaço de terra, para cultivar o solo, criar o gado e trabalhar nas indústrias do lugar. A antiga comuna tribal, já em plena decomposição, começou a ceder em todos os terrenos. Primeiro, formaram-se os clãs separados, denominados freqüentemente "famílias amplas", e finalmente a família individual, que hoje é chamada de "família nuclear". Foi no decorrer deste processo que a família paterna chegou a substituir totalmente o clã como unidade fundamental da sociedade. (REED,2011:46)

As novas bases produtivas foram cruciais no processo de transição para o capitalismo. Foi preciso destituir gradualmente os laços de pertencimento aquelas

formas comunais de vida isolando os indivíduos em núcleos familiares cada vez menores e isolados e a criação de um terceiro instrumento que regularia as relações sociais e de produção. Com isso a criação de um Estado garantiria a manutenção de certos privilégios aos estratos sociais possuidores dos cada vez mais crescentes excedentes produtivos.

Não obstante, começaram a se introduzir no jogo novas forças sociais procedente do Oriente Médio, o setor do mundo que foi chamado de “cunha da civilização”, e que minou e destruiu as relações coletivas. Introduzindo um novo sistema baseado na propriedade privada, na família e no Estado. A maior parte das riquezas acabou nas mãos de uma minoria privilegiada que conseguiu dominar e dirigir a comunidade, bem como explorar um número maior de trabalhadores. Entre os antigos pais do lugar, começaram a surgir os reis-sacerdotes, os nobres, os guerreiros e seus séquitos, que viviam em templos e palácios e governavam o resto da população. Começaram com reinos do tipo agrícola e amadureceram-se com as civilizações grega e romana, surgindo os poderes opressores do Estado para dessa forma legalizar e perpetuar o governo da classe rica sobre as massas trabalhadoras. (REED, 2011:48)

Quando a terra que era de uso comunitário onde todos tinham acesso à riqueza socialmente produzida se torna privada, ou seja, é apropriada por uma minoria enquanto a produção que é realizada coletivamente não é distribuída de forma coletiva e também passa por um processo de apropriação privada. A propriedade privada, o Estado e a família monogâmica são os elementos basilares que permitiram o processo de transição para o capitalismo e destituição das sociedades matriarcais.

Esse processo não só destruiu a irmandade ou “ fraternidade entre os homens”, como também o matriarcado. Os juristas romanos que codificaram as leis sobre a propriedade privada formularam também o princípio do “pátria potestas”, ou seja, todo poder aos pais. (REED, 2011:48)

É a partir deste longo processo evolutivo onde é possível vislumbrar outras vivências em sociedade que diferem, e muito, da lógica societária atual que é possível entender o contexto histórico feminino. A opressão às mulheres constitui parte fundamental do sistema capitalista porque tem a finalidade de marginalizar, ainda mais, um setor da classe trabalhadora que é superexplorado tanto pelo

mercado de trabalho quanto no interior da família.

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão; no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerar; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema da produção. (SAFFIOTI, 1969:39)

A família se tornou um elemento fundamental de produção e reprodução da vida no capitalismo. Através de casamentos entre homens e mulheres dilui-se a perspectiva de coletividade. A partir da limitação das relações afetivas por um modelo monogâmico garante-se a fidelidade e o controle da vida da mulher, somente da mulher, o homem continua livre para ter relações extraconjugais livremente. Desta forma a mulher é responsabilizada por tudo o que se refere a vida privada dentro do núcleo familiar e é excluída totalmente das decisões coletivas e da vida pública.

Quando a mulher é enclausurada no ambiente familiar, tornando-se escrava das tarefas domésticas, essa façanha isenta o Estado de cumprir com obrigações que anteriormente eram socializadas coletivamente entre os membros das comunidades. A tarefa de criar os filhos, de realizar os afazeres domésticos diários, de alimentar os membros da família, enfim, a mulher é encarregada de garantir a manutenção e reprodução da força de trabalho e embora tenha papel fundamental dentro da engrenagem produtiva realiza um trabalho que não lhe é pago.

A família tornou-se o lugar de organização do controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva da mulher, exercido diretamente pelo marido e reafirmado pelo Estado e sua legislação sobre o casamento, a previdência social e outros mecanismos, incluindo os aparatos ideológicos, como a escola, a igreja, a justiça os meios de comunicação. Em razão disso, por mais que a mulher ingresse no mercado de trabalho, o Estado ou o capital continuam a exercer sobre ela uma autoridade patriarcal, impedindo-a de abandonar as tarefas domésticas e controlando sua

sexualidade.(TOLEDO,2008:52)

A Revolução Industrial Inglesa de 1707 foi cenário de grandes transformações no mundo do trabalho. A inserção de máquina e o aumento da produção em escala cada vez maiores sinalizaram a necessidade de incorporar uma nova mão de obra. É neste contexto de plena expansão do capital e de implementação de novas tecnologias que permitiram a inserção das mulheres no mercado de trabalho de forma massiva.

Este momento representou profundas transformações na organização social da família, do mercado e do Estado. E ao mesmo tempo que representa grandes avanços ao inserir um setor social historicamente marginalizado pois permitiu a essas mulheres adquirir uma certa autonomia frente a autoridade do marido dentro do lar ao receber seu próprio salário reflete,também, a reafirmação de inferioridade das trabalhadoras pois se inserem em atividades e precárias e recebem os menores salários

Esta localização das mulheres nos empregos mais precários e desvalorizados socialmente reafirmam que no sistema capitalista além de se basear em um modelo que estratifica a produção através de ramos de produção,a divisão social do trabalho, também opera através de uma divisão sexual do trabalho onde as mulheres ocupam a posição mais baixa na pirâmide produtiva.

Portanto, a inserção da mulher no mundo do trabalho possui um caráter duplo e contraditório. Muito embora este trabalho acadêmico esteja sendo elaborado séculos após as primeiras mulheres pisarem seus pés nas indústrias têxteis da Inglaterra ainda hoje existem traços da exploração do trabalho feminino que se perpetua até os dias atuais.

## **2.2-Trabalho Feminino no Brasil**

A lógica de um sistema baseado na exploração do trabalho que tem como um dos seus princípios fundamentais a busca incessante pelo aumento das taxas de lucro pressupõe que tenha uma cadeia produtiva eminentemente interligada. Desde a produção de matérias primas mais básicas às grandes



industrias de avançado grau tecnológico, todas elas ocupam determinado papel no capitalismo. E esse processo ocorre de da forma mais desigual possível pois os ramos produtivos estão distribuídos entre os países desenvolvidos que ficam encarregados da produção de produtos altamente especializados tecnologicamente e países subdesenvolvidos que produzem matéria prima e dispõe de mão de obra barata.

O Brasil, inserido dentro desta configuração mundial da produção, compõe o grupo de países subdesenvolvidos que está subordinado aos mandos do imperialismo. Portanto, as especificidades do mundo do trabalho nos países latino-americanos são distintas daqueles que fazem parte do centro do capitalismo e ,por este motivo, possuem traços próprios de sua localização econômica e social

E estas diferenças econômicas e sociais terão impacto direto sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho. As trabalhadoras nestes países compõe a parcela mas desprotegida socialmente,que tem os direitos trabalhistas violados e estão no topo das estatísticas de desemprego. Esta força de trabalho tem sido cada vez mais requisitada pelas empresas justamente por sua desvalorização e é esta tendência que será analisada nas seguintes páginas.

Logo, ao analisar as condições da força de trabalho feminina no Brasil é importante localizar a inserção das mulheres no mercado de trabalho latino-americano

No final da década de 1990, as mulheres representam 40% da população economicamente ativa(PEA) urbana da América Latina. Sua participação no mercado de trabalho cresceu notavelmente, assim como os índices de ocupação (que aumentaram em proporção bastante superior aos dos homens nos anos 1990). Embora persistam fortes diferenças nos índices de participação das mulheres segundos os níveis de renda de seu local de origem, seno um fato conhecido que eles são bastante inferiores entre as mulheres mais pobres e com nível mais baixo de escolaridade, é nesse estrato(das mulheres mais pobres) que os índices de participação no mercado de trabalho cresceram mais acentuadamente na década de 1990.(ABRAMO,2007:23)

Aumentam o número de mulheres chefes de família nesses países o que sinaliza que cada vez mais são elas as responsáveis pelo sustento de seus familiares. Muitas vezes são mães solteiras que garantem sozinhas a alimentação, a educação, enfim, são elas as responsáveis pela criação de seus filhos e filhas.

As cifras indicam que é a mulher a única encarregada da sobrevivência e do bem-estar da família em pelo menos 25% a 35% dos lares nos diferentes países latino-americanos. Além disso, entre eles estão os lares nos quais as mulheres contribuem significativamente para a renda familiar. Cálculos da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) mostram que cerca de um terço da renda total dos lares urbanos em que ambos os membros do casal trabalham provém da renda da mulher. Em um quarto desses lares a mulher contribui com 50% ou mais da renda total do lar. (ABRAMO, 2007:39)

No Brasil essa realidade não é diferente. Nas últimas décadas as trabalhadoras tem ocupado um espaço cada vez maior no mercado de trabalho brasileiro e mundial. Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e no Distrito Federal que analisou dados no período entre 2011-2012 mostra que:

Em 2011 e 2012, continuou a aumentar a inserção feminina na força de trabalho. O número de mulheres ocupadas cresceu em todas as regiões metropolitanas, com destaque para Recife (onde aumentou 5,3%), Salvador (4,2%) e Belo Horizonte (3,4%). A taxa de crescimento da ocupação feminina foi superior ao dos homens em quatro das sete regiões investigadas. (DIEESE, 2012)

Porém, apesar desse avanço contínuo das mulheres na produção e reprodução do trabalho, as mulheres continuam sendo a parcela da população que mais é atingida pelo fantasma do desemprego:

Contudo esse melhor desempenho da ocupação feminina, no período, não eliminou a histórica desigualdade nas oportunidades de inserção ocupacional entre homens e mulheres. As mulheres continuam a estar em menor proporção entre os ocupados e são maioria dos desempregados em todas as sete regiões que abrangem o Sistema PED. (DIEESE 2012)

O mercado de trabalho composto de aproximadamente 50% de mão de obra feminina, um fato marcante associado ao avanço da escolaridade

(BANDEIRA,2013). O número de mulheres que tem acesso à educação é cada vez maior. É um setor que busca qualificação profissional continua em busca de oportunidades dentro do mercado de trabalho. Inclusive, e este é um fator importante de análise, elas já são maioria em espaços historicamente masculinos no ambiente educacional como é o caso do acesso ao Ensino Superior, muito embora, ainda se inserem em ramos do conhecimento ligados ao “cuidado” do outro, à saúde , a educação que são áreas historicamente ocupadas por mulheres e socialmente desprovidas de prestígio social.

O acesso a educação tem sido um dos fatores essenciais para as mulheres no mundo do trabalho. Mas ainda que estas tenham um maior grau de educação e procurem cada vez mais qualificação e aperfeiçoamento de seus conhecimentos é nítida a diferença entre as mulheres e homens trabalhadores.

Níveis de escolaridade mais altos não garantem às mulheres mais e melhores oportunidades de emprego em relação aos homens. Elas precisam de uma formação educacional significativamente superior para ter acesso às mesmas oportunidades de emprego deles: em média quatro anos mais para conseguir a mesma remuneração e dois anos mais para ter as mesmas oportunidades de ascensão a um emprego formal.(ABRAMO,2007:26)

Outro fator preponderante que escancara a precarização das relações de trabalho femininas são os rendimentos auferidos. Por ser considerada um força de trabalho secundária que serve apenas como complemento à renda familiar geral elas continuam recebendo salários inferiores aos homens:

Como a jornada média de trabalho é diferente para as mulheres e homens, com períodos menores para ela e maiores para eles a análise do rendimento por hora trabalhada elimina as discrepâncias do indicador entre os dois contingentes. Assim, em 2012 verifica-se que as mulheres auferiam menor rendimento médio por hora que os homens. A maior desigualdade foi constatada em São Paulo, onde o rendimento feminino alcançou somente 77,0% do masculino.(DIEESE,2012)

É nítido que apesar de as mulheres se apresentarem como força de trabalho mais qualificada a estrutura produtiva continua valorizando mais a força de trabalho masculino mesmo que esta apresente menores índices de qualificação. Este é um retrato das relações históricas construídas em torno da reprodução da

opressão à mulher em todas as áreas da vida em sociedade e ,principalmente, no espaço do trabalho.

A expansão da força de trabalho feminina tem se expandido em praticamente todas as áreas produtivas. Mas é setor de serviços quem encabeça o emprego deste setor.

No setor de serviços, houve ampliação do número de mulheres ocupadas em todas as regiões, observando-se as maiores variações em Recife (4,7%) e Salvador (4,1%). No comércio a ocupação feminina cresceu em quase todas as sete regiões investigadas- apresentou estabilidade em Fortaleza e declínio em São Paulo (3,1%). As regiões de Recife e Salvador registraram as maiores expansões no nível ocupacional feminino no comércio, 7,1% e 4,1%, respectivamente. Na indústria, o número de mulheres ocupadas cresceu em Belo Horizonte (5,3%), em Recife (2,5%) e em Porto Alegre (1,0%) Em 2012, a composição setorial da ocupação feminina nas regiões investigadas revelou que, assim como os homens, as mulheres estava preponderantemente trabalhando no setor de serviços.(DIEESE,2012)

Isso mostra que ainda existem nichos quase que exclusivamente masculinos no mercado de trabalho, embora exista uma tendência de mudanças em algumas áreas produtivas, mas que continuam resistentes ao emprego de mulheres. Isso reforça estereótipos de que existem “tipos” de trabalho destinados aos homens que exigem força e ou grande esforço intelectual e trabalhos femininos que dependem da “delicadeza” e “paciência” feminina ,ou ainda, de seus dons naturais com relação ao cuidado do outro. Por outro lado existem áreas que há um emprego quase que exclusivo de mulheres e que, geralmente, as rotinas de trabalho são marcadas por relações precarizadas de trabalho e violações de direitos.

Em 2002, em razão de nova classificação de atividades econômicas adotadas pelo IBGE, pode-se perceber melhor como se distribuem as mulheres ocupadas no setor de serviços. Nesse ano, esse setor ocupava metade das trabalhadoras, 40% delas concentradas em três subsetores, a saber, “educação, saúde e serviços sociais”, “serviços domésticos” e “outros serviços coletivos, pessoais e sociais”.(BRUSCHINI e LOMBARDI,2007:66)

O Brasil, país que saiu recentemente, em termos históricos, de um modelo escravagista de produção e que culturalmente tem o racismo enraizado no

imaginário das pessoas que se perpetua através da institucionalização de práticas racistas no interior do Estado, o mercado de trabalho também reproduz estas práticas que acabam por ser uma marca que delimita o local das pessoas negras nesta sociedade. Essas pessoas em sua totalidade tem muito mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho mas em se tratando de mulheres negras o quadro se agrava. Mulheres negras no mercado de trabalho ocupam as piores ocupações, são as mais desprotegidas socialmente, são as que tem seus direitos mais violados e são as que recebem os menores salários, ou seja, é grupo social mais explorado e oprimido da sociedade.

Não se pode deixar de lembrar que a posição mais vulnerável em face do desemprego se agudiza quando se considera raça/cor do trabalhador e da trabalhadora. Tome-se como exemplo dessa maior vulnerabilidade o que acontecia nessa mesma região metropolitana (São Paulo) no ano 2000: enquanto a taxa de desemprego dos homens não-negros era 13,2%, a dos homens negros subia para 19%; a taxa de desemprego das mulheres não-negras era 18,9% e a das mulheres negras atingia 25%, ou seja, um quarto de cada cem trabalhadoras negras estava sem emprego no ano considerado. (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2007:75)

Muitas destas mulheres realizam serviços doméstico, herança deixada pela escravidão, e tem em seus históricos no mercado de trabalho violações de direito onde a mínima proteção trabalhista não lhe é assegurada e não tem acesso a condições minimamente dignas no ambiente de trabalho. Isso dentro de um universo onde o transporte público, a educação, a saúde, enfim, os serviços públicos não são viabilizados, ou seja, a vivência de uma vida precária e sem direitos continua quando a jornada de trabalho destas mulheres acabam ao final do dia. A exemplo do trabalho doméstico:

E, seguindo padrão de discriminação presente em todo o mercado de trabalho, suas condições de trabalho são piores quando comparadas com as das brancas: são mais jovens, estão mais presentes entre as que residem no domicílio do patrão, estando por isso sujeitas a jornadas de trabalho mais longas e a restrições em sua liberdade de ir e vir, e apenas 19% possuem carteira de trabalho, contra 24% das brancas. (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2007:70)

Estes dados expõem uma realidade que muitas vezes é ignorada pelo Estado

ou maquiada através da formulação de políticas públicas ínfimas e que não dão resposta à problemática. Existe um burburinho enorme acerca da incorporação das mulheres no mercado de trabalho e tenta-se vender a imagem de que este fato libertou a mulher por inteiro, que não há mais opressão e que o machismo é uma ideologia superada na sociedade moderna. Porém os dados evidenciam o contrário, a inserção da mulher foi altamente necessária para a implementação dos modelos neoliberais de produção que flexibilizam, precarizam e destroem os direitos trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Era necessário incorporar uma força de trabalho mais barata e flexibilizada que garantisse o aumento de lucros dos senhores capitalistas.

Em 2002 nada menos que 34% da força de trabalho feminina (ou 9 milhões de mulheres) situavam-se em nichos precários (Bruschini e Lombardi, 2007). Este dado evidencia que o movimento de entrada das mulheres no mundo do trabalho é complexo e contraditório onde, ao mesmo tempo em que contribuiu para a ampliação de sua independência e da gradual transformação da localização da mulher no seio da sociedade, também é um reflexo do momento que o mundo do trabalho representa. Precarização e trabalho feminino são palavras que, infelizmente, andam de mãos dadas.

### **Capítulo 3**

## **Terceirização e Contra-Reforma Universitária**

### **3.1-Contra-reforma universitária e desmonte da educação pública**

Em um complexo sistema de produção e distribuição de mercadorias marcado por um conjunto de ideologias e formas de organização da produção que contribuem para o aprofundamento da alienação em escala global onde é preciso ,constantemente, criar novas ferramentas e novos mercados que garantam a expansão da taxa de lucro afetam profundamente todos os setores da sociedade . Neste momento do capitalismo contemporâneo é uma premissa adaptar e reinventar as formas de exploração que garantam a própria manutenção e sobrevivência do sistema.

Nesse sentido, nenhuma esfera da vida publica e privada escapam da avalanche destrutiva das políticas neoliberais. Com o sistema educacional não é diferente, os impactos do desmonte das universidades públicas em detrimento da formação de um amplo mercado privado do ensino superior é um dos reflexos destas medidas no Brasil.

Desde meados dos anos 70 existe uma verdadeira campanha ,encabeçada e estruturada pelos setores dominantes, de demonização do Estado. Seja por instrumentos midiáticos ou pelo sucateamento dos serviços públicos, essas medidas tem como objetivo principal desgastar a imagem do Estado transparecendo a idéia de que este é um ineficiente usurpador dos recursos financeiros da sociedade e exaltar, a única saída racional e eficiente, a iniciativa privada.

É claro,portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação dos direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital.(NETTO e BRAZ,2009:227)

Isso significa que setores e atividades que antes eram de responsabilidade quase que exclusiva do Estado estão sendo cada vez mais entregues aos braços de grades empresas. O que era para ser um direito universal, gratuito de qualidade se transforma em um grande mercado que movimenta inimagináveis quantias de



dinheiro, ou seja, se transforma em mercadoria. Para se ter acesso à educação no Brasil é necessário comprá-la.

É perceptível as articulações de organismos internacionais que são protagonistas no processo de contra-reforma educacional. Leher sinaliza que:

A participação decisiva dos organismos internacionais criados em Bretton Woods na implementação das diretrizes do Consenso de Washington, que estão devastando a economia dos países periféricos, é um fato que já não suscita tantas controvérsias, posto que as contradições da crise estrutural do capitalismo já não permitem atuações discretas. Em diversos países é possível presenciar a ação desenvolvida dos representantes desses organismos nas decisões fundamentais da economia. (LEHER,2010:1)

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional são os grandes responsáveis por estas transformações nos países da periferia mundial. São estas organizações compromissadas com o capital que impõe medidas de reestruturação do Estado e desmonte dos direitos sociais a fim de transformar estas áreas em mercados rentáveis.

Dessa maneira, transformam-se direitos em mercadoria em troca de financiamentos que selam dívidas eternas com os donos do mercado financeiro internacional. Esse ciclo vicioso faz parte da realidade massiva dos países pobres e é reflexo do desespero da lógica neoliberal por sua incessante sede de lucros.

O caráter determinante das ideologias que informam a reforma educacional fica melhor evidenciado quando a investigação apresenta concretamente como as concepções ideológicas se materializam nas instituições. Para compreender as ideologias que transtornam a educação da América Latina, da África e de parte da Ásia, é preciso examinar os encaminhamentos do Banco Mundial, o ministério mundial da educação dos países periféricos. (LEHER,2010:1)

Um dos maiores interesses dos bancos internacionais a respeito do controle sobre o setor educacional tem relação direta com o domínio ideológico. Ainda sob a perigosa assombração que se tornaram os países de orientação socialista se conformou uma necessidade emergencial uma intervenção detalhista e subsidiada cientificamente para estruturar um modelo de educação que formasse

ideologicamente as pessoas à fim de evitar o fomento de conhecimento anticapitalista. Além de se tornar um mercado rentável é, também, uma das mais eficientes ferramentas de controle ideológico.

Defendem uma aparente “universalização” da educação priorizando recursos para a educação básica enquanto os investimentos para a educação superior pública não é prioridade e se tornam cada vez mais escassos. Isso reforça a idéia de garantir apenas uma formação básica e ínfima para trabalhadores e trabalhadoras que, ao saírem da escola, continuarão ocupando postos precarizados no mercado de trabalho.

Desde o final da década de 1980 uma forte prioridade é conferida ao ensino fundamental “minimalista” e à formação profissional “aligeirada”. Em termos práticos, estas orientações são encaminhadas por meio de políticas de “descentralização administrativo-financeira” que estão redesenhando as atribuições da União, dos Estados e dos municípios. Enquanto a primeira canaliza os seus recursos aos ricos e aos investidores estrangeiros, os dois últimos são forçados a assumir os encargos necessários para manter as pessoas vivas e trabalhando, ainda que numa situação próxima da indigência. Este é o sentido da municipalização promovida pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef, Lei 9224/96). A principal consequência desta medida é o drástico empobrecimento do caráter científico-filosófico da educação, configurando uma verdadeira apartheid educacional, como fica patente com a reforma curricular do ensino fundamental e o desmonte dos centros de ensino tecnológico (Cefets). (LEHER, 2010:9)

Na educação superior a autonomia da Universidade se vê ameaçada pelos mandos e desmandos do mercado que se instalou no seu interior. Um espaço que deveria ter autonomia para produzir um conhecimento que fosse alternativo ao status quo e que teve papel determinante em épocas sombrias, como por exemplo, a Universidade de Brasília foi uma das Universidades que se tornou um símbolo de resistência à Ditadura de 1964. Em contrapartida ao papel transformador da Universidade cada vez mais o conhecimento produzido pelas Universidades está atrelado e subordinado aos interesses do capital:

Também as diretrizes para o ensino superior são coerentes com o conjunto das proposições econômicas do Banco. Se o país

submetido às orientações do Banco deve abdicar da construção de um projeto de nação independente, um sistema de ensino superior dotado de autonomia relativa frente ao Estado e às instituições privadas soa mesmo anacrônico. O ministro da educação do Brasil não vê sentido na produção de conhecimento novo nas universidades pois, em sua concepção, o sistema produtivo “pode” buscar no livre mercado pacotes tecnológicos.(LEHER,2010:9)

Portanto, a educação ofertada está voltada para a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho, ou seja, uma formação superficial e tecnocrática que não permite que mulheres e homens questionem o mundo em que vivem. A educação no capitalismo não permite a construção de conhecimentos e saberes que permitam enxergar as fissuras no atual sistema e que, diante desta análise, possam ser superadas através da construção de uma nova sociabilidade. A formação educacional no sistema capitalista é voltada para a exploração.

As conexões educação, segurança e pobreza fornecem o substrato das reformas educacionais em curso na América Latina. Com o aprofundamento sem precedentes da polarização na década de 1990, o Banco dedica cada vez maior atenção à construção de instituições adequadas à era do mercado, de modo a ter recursos institucionais para “manejar” as contradições do sistema. A educação é radicalmente modificada, tornando-se cada vez mais instrumental: os conteúdos estão fortemente carregados de ideologias apologéticas ao capital e o debate educacional é pautado em grande parte pelos “homens de negócio” e pelos estrategistas políticos.(LEHER,2010:11)

Desde o governo Lula a educação superior no Brasil é orientada através de 3 principais programas. O PROUNI, o FIES e o REUNI. O PROUNI é o programa de expansão do ensino superior que injeta um montante gigantesco de dinheiro em instituições privadas através da compra de vagas ociosas para bolsistas que não podem pagar seu estudos e não passaram pelo funil do vestibular das universidades públicas. Já o FIES funciona como um tipo de crédito que financia, e endivida, outra parcela estudantil. Ao final do curso isto é, se conseguir concluí-lo, o estudante está endividado e quem sai lucrando nesta história são as instituições financeiras e de ensino. Estes dois programas, o PROUNI e o FIES, são os principais programas de expansão do ensino superior no Brasil. Estes programas funcionam como plataformas de transferência de dinheiro público para a iniciativa

privada.

Quando olhamos para os programas de democratização do acesso ao ensino superior encontramos o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o primeiro utiliza o mecanismo de isenções fiscais para as instituições privadas e o segundo utiliza o mecanismo de financiamento para o aluno cuja renda familiar não permite seu ingresso na rede privada. Exemplos de programas desenvolvidos com a orientação das agências financeiras e, claro, com o aval do MEC/BRASIL, que selam definitivamente o pacto da esfera pública com os interesses da esfera privada. (MOURA, 2013:9)

No ano de 2007, através do decreto 6096/07, sob a justificativa de ampliação e democratização da universidade pública foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas. O REUNI apresentou mais uma face do aprofundamento da mercantilização e desmonte da Universidade. Apesar de garantir uma considerável expansão do número de vagas não garantiu investimento suficiente em estrutura e pessoal nas instituições. O reflexo desta política é o sucateamento e a brusca queda na qualidade do ensino que se tornaram características presentes na maioria das universidades.

Um elemento comum a todas estas políticas educacionais, importante conceito que compõe as novas bases estruturais do neoliberalismo e que se constitui como forma intrínseca a esta realidade, a privatização.

Podemos dizer que a tônica mais geral deste processo é a privatização. Lembrando sempre que privatização não é, em essência, uma questão técnica, administrativa ou de simples política econômica, mas uma expressão da luta de classes. Ou seja, é o modo como a classe burguesa procura fazer pender a seu favor a apropriação da riqueza socialmente produzida. Esta apropriação privada da riqueza produzida pelos trabalhadores é da própria essência do sistema capitalista, mas a luta em torno dela se intensifica de modo extraordinário em momentos de crise, como é o caso no momento presente. (TONET, 2012:1)

A privatização da universidade pública não se trata da venda direta da universidade para o setor privado. O mercado tratou de elaborar formas silenciosas e refinadas para se apropriar da estrutura e dos recursos públicos.

Empresas e fundações garantem que a produção científica esteja conectada diretamente com seus interesses, seja ditando o conhecimento ou prestando serviços para as instituições.

Quanto ao setor público, isto se expressa sob a forma da diminuição dos recursos destinados à universidade, do que resulta um sucateamento geral; pela introdução progressiva de cursos pagos; pela crescente parceria entre universidades e empresas privadas, submetendo a estas a direção da produção do conhecimento; pela introdução da GED, um claro instrumento da lógica empresarial, incompatível com a autonomia da universidade pública.; pela “flexibilização” das relações de trabalho, através da alteração do RJU, maior garantia de autonomia, substituindo-o pelo regime de “emprego público”, muito mais próximo das leis que regem o setor privado; pela diminuição do quadro de professores e funcionários e aumento da carga de trabalho; pela introdução da perversa forma do “professor substituto”, precária, mal remunerada e sobrecarregada de trabalho; e, enfim, pelo aviltamento salarial, com o claro objetivo de rebaixar o nível do ensino público superior.(TONET,2012:2)

Alegam que a intervenção demasiada do Estado nas decisões das instituições universitárias públicas ferem o princípio da autonomia e que por este motivo é preciso libertar a Universidade dos mandos do Estado para torná-la eficiente e eficaz de acordo com as normas mercadológicas.

A convivência de parcelas da universidade com medidas obviamente heterônomas tem contribuído para o esvaziamento do princípio da autonomia universitária, conforme sua definição constitucional, examinada adiante. O debilitamento do que este estudo denomina de autonomia humboldtiana abre caminho para a colonização da universidade pela noção liberal.(LEHER,2003:8)

O acesso ao conhecimento é um direito e não um serviço ou mercadoria que se compra. É preciso que se resgate o ideário de universalização da educação através do ensino público e estatal, gratuito e de qualidade. Para que isso seja viabilizado de forma plena é necessário que, ao invés de anualmente sofrer cortes cada vez maiores, a educação seja prioridade e receba investimentos substanciais.

Estas são as modernas e requintadas formas que o capital encontrou para

transformar direitos que deveriam ser inalienáveis aos seres humanos em um mercado rentável para a burguesia. Usurpam a educação na tentativa desesperada de expansão do capital. Deformam a universidade pública e mantêm uma relação parasitária utilizando a estrutura e os recursos das instituições. Aprofundam as relações precarizadas no interior das instituições através de empresas terceirizadas. É especificamente esta relação que será explorada nas próximas páginas.

### **3.2-Terceirização, a face da precarização.**

É a partir do entendimento de que a lógica neoliberal invadiu todas as esferas da vida, inclusive, espaços como a educação e desta forma abriu um caminho para um aprofundamento cada vez maior dos preceitos da reestruturação produtiva no interior das universidades públicas. Uma das faces desta lógica é a inserção de empresas terceirizadas que presta os mais variados serviços em seu interior.

Para entender essa relação é preciso resgatar as bases históricas que deram subsídio a esta realidade atual. A inserção desta lógica nos espaços públicos pressupõe um tipo de argumentação que dê sustentação ideológica que justifique tais práticas. A principal delas é a de que o mundo “moderno” adquiriu formas tão inovadoras de produção e reprodução de mercadorias no interior da estrutura produtiva que agentes como o Estado não tem mais condições de acompanhar esta nova fase do capitalismo. Justificam que o Estado faz uso de formas administrativas antigas, ineficientes e dispendiosas à sociedade. E para que esta realidade se transforme é preciso que o Estado saia de cena e abra caminho para que o mercado tome conta de suas antigas tarefas de forma eficiente.

Os processos de desmonte do Estado de Bem-Estar Social e a iminência da crise de 1970 delinearam um novo rumo no interior das fábricas e nas condições objetivas e subjetivas de vida da classe trabalhadora. Surge um verdadeiro rolo

compressor que estabeleceu novas relações trabalhistas e destruiu grande parte das conquistas históricas adquiridas pela classe- que- vive- do- trabalho.

No entanto, é no início da década de 1970 que esse período de crescimento econômico começa a declinar, fazendo com que a burguesia lançasse mão de medidas contra as massas, já que um novo Ascenso da luta de classes tomava corpo no cenário mundial e o ciclo de crescimento do capitalismo chegava ao fim com novas crises econômicas. Na década de 1980, nos países centrais, o imperialismo, com o governo de Ronald Reagan nos EUA e de Margareth Thatcher na Inglaterra, passaram a implementar medidas neoliberais que tinham como objetivo superar a crise do capital elevando a taxa de lucro dos capitalistas e, para isso, uma das medidas fundamentais era diminuir o custo do trabalho, os gastos com os trabalhadores. Era preciso reverter as conquistas que a classe trabalhadora havia obtido no período anterior e também as concessões que a própria burguesia tinha sido obrigada a dar: direitos trabalhistas, garantias de serviços públicos condições d vida trabalho.(ASSUNÇÃO,2013:49 e 50)

Esse processo de reestruturação produtiva enxugou ao máximo o numero de proletários fabril,tradicional>manual estável e especializado, herdeiro da industria verticalizada de tipo taylorista e fordista(Antunes e Alves,2004).Sempre assombradas pelo fantasma do desemprego, milhões de pessoas ao redor do planeta se viram obrigadas a se ajustar às novas regras do jogo se submetendo a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturaram por meio de empregos formais(Antunes e Alves,2004).

Em contrapartida com a nova realidade da fabrica que,agora, tem um numero reduzido de operários em seu interior, crescem outros setores da economia como,por exemplo, o setor de serviços que ascende cada vez mais. Setor este que é marcado por precárias relações de trabalho onde a terceirização se torna uma das principais formas de contratação de pessoal.

Anteriormente, estes postos de trabalho eram prioritariamente preenchidos pelos imigrantes, como as *gastarbeiters* na Alemanha, o *lavoro nero* na Itália, os *chicanos* nos EUA, os *dekasseguis* no Japão, entre tantos outros exemplos. Mas,hoje, sua expansão atinge também os trabalhadores remanescentes da era da especialização taylorista/fordista, cujas atividades vêm desaparecendo cada vez mais. Com a desestruturação crescente

do *Welfare State* nos países do e Norte e com a ampliação do desemprego estrutural, os capitais transnacionais implementam alternativas de trabalho crescentemente desregulamentadas, "informais", de que são exemplo as distintas formas de terceirização.(ANTUNES e ALVES,2004:337)

A terceirização pode ser explicada como uma modalidade de contratação onde uma empresa presta serviço a outra através da contratação de trabalhadores que não estabelecem vínculo empregatício com a empresa contratante. Ou seja, uma empresa faz a mediação entre a mão-de-obra e a tomadora de determinado serviço. Há duas formas de definir a terceirização: a interna e a externa. Sobre a terceirização externa:

Já na terceirização externa, a empresa quer, de fato, externalizar etapas de seu ciclo produtivo-como acontece há muito tempo na indústria de automóveis e hoje é praticada cada vez mais disseminada no setor produtivo. Assim, a empresa A, que antes fazia um relógio inteiro, hoje faz só a sua máquina, descartando a pulseira para B e as peças de plástico ou de vidro para C. (VIANA,2015)

Assim como ocorre em grande parte do setor público e que, também é o caso atual da Universidade de Brasília que é objeto de estudo do presente trabalho, opera-se através da terceirização interna onde a empresa realmente internaliza trabalhadores alheios- como acontece no trabalho temporário ,nas empresas de asseio e conservação e de,um modo geral,nas que exercem a atividade meio de suas contratadas(Viana,2015).

O governo de Frente Popular do Partido dos Trabalhadores em contra-senso com suas antigas e,ao que parece, esquecidas promessas feitas aos trabalhadores contribuiu para o aprofundamento do processo de precarização do mercado de trabalho brasileiro durante seus 12 anos no poder. Esse processo pode ser definido pelo que Giovanni Alves afirma como era do Neodesenvolvimentismo:

Na era do neodesenvolvimentismo(2003-2013), sob os governos Lula e Dilma, aumentaram as modalidades flexíveis de contratação laboral no Brasil. Na década de 2000, sob o choque de capitalismo, disseminaram-se novas formas atípicas de contratação salarial como,por exemplo, o contrato por prazo determinado, contrato por prazo parcial, suspensão se contrato; e principalmente, as relações



de emprego disfarçadas tais como contratação como pessoa jurídica (PJ) , cooperativas de contratação de trabalho, trabalho-estágio, autônomos, trabalho em domicílio, teletrabalho e a terceirização.(ALVES,2014)

Esta nova realidade tem impactos desastrosos sobre o mercado de trabalho. O fantasma do desemprego acompanha boa parte da classe trabalhadora durante toda sua vida e este é um fator determinante para que estas pessoas se submetam cada vez mais neste tipo de modalidade contratual. As mães e pais de família não vêem outras alternativas ao se lançarem no mar de incertezas que se tornou o espaço do mercado de trabalho.

Este é um dos motivos pelo qual o movimento da terceirização no Brasil esteja em crescente ascensão nas últimas décadas. Segundo estudo realizado pela Central Única dos Trabalhadores(CUT) em parceria com o DIEESE no ano de 2011 aponta que os trabalhadores terceirizados já compõe cerca de 25,5% do mercado formal. Destaca-se que parte considerável dos trabalhadores terceiros estão localizada na informalidade e que, portanto, esse número está subestimado(CUT/DIEESE,2011).

Em se tratando de uma latente estratégia de aumento dos níveis de lucratividade das empresas através do estabelecimento de relações de trabalho degradantes o mesmo estudo sinaliza alguns elementos que confirmam esta afirmação. O primeiro dado, sobre a remuneração, demonstra que em 2010 ela foi de menos de 27,1% para os trabalhadores terceirizados (CUT/DIEESE,2011). Este dado confirma que a via da terceirização é,também, uma forma de rebaixamento salarial significativo ,ainda que o terceirizado realize exatamente a mesma função do efetivo, ele ganhará um salário menor.

Os dados confirmam que as trabalhadoras e trabalhadores terceirizados também trabalham mais. Além de realizarem atividades de grande dispêndio físico e mental cumprem cargas horárias extenuantes,ou seja, são mais explorados:

Em relação à jornada de trabalho contratada esse grupo de trabalhadores realiza uma jornada de 3 horas a mais semanalmente, isso sem considerar as horas extras ou banco de horas realizadas que não são objeto do levantamento realizado pelo

MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). Se a jornada dos trabalhadores terceirizados fosse igual à jornada de trabalho daqueles contratados diretamente, seriam criadas cerca de 801.383 vagas de trabalho, que como relatado pelos dirigentes sindicais, são maiores e mais intensas entre os terceiros.(CUT/DIEESE,2011)

Sob o perigo de não renovação de seus contratos e de serem demitidos a qualquer momento se por acaso questionam as suas realidades dentro do ambiente de trabalho o que torna este tipo de situação um reflexo das frágeis e instáveis relações de trabalho constituídas nesse universo. Permite que o contratante tenha um maior controle e domínio sobre a força de trabalho e ainda que, muitas vezes, não precise arcar com tantos encargos trabalhistas por conta da natureza dos contratos. A alta rotatividade nas empresas tem sérias conseqüências para o trabalhador, que alterna períodos de trabalho e períodos de desemprego (CUT/DIEESE,2011).

O tempo de emprego demonstra uma diferença ainda maior entre trabalhadores diretos e terceiros. Enquanto a permanência no trabalho é de 5,8 anos para os trabalhadores diretos, em média para os terceiros é de 2,6. Desse fato decorre a alta rotatividade dos terceirizados- 44,9% contra 22% dos diretamente contratados. Esse fato tem uma série de conseqüências para o trabalhador, que alterna períodos de trabalho e períodos de desemprego resultando na falta de condições para organizar e planejar sua vida.(CUT/DIEESE,2011).

Não são poucos os casos de calote sofridos pelos terceirizados e terceirizadas.Os casos vão desde direitos trabalhistas violados como o direito à férias pois,por vezes, quando uma nova empresa assume o contrato é renovado como se fosse este fosse um novo funcionário mesmo que este trabalhe na mesma função e no mesmo local de trabalho há vários anos. Atrasos de salários, o não recebimento do vale-alimentação e transporte são corriqueiros. Existem ainda os casos onde a empresa declara falência e simplesmente deixa de pagar o que deve aos funcionários.

Além das desvantagens durante a execução dos serviços as quais os trabalhadores terceirizados estão expostos se comparados àqueles contratados diretamente, o fim dos contratos também costuma ser um momento especialmente difícil para trabalhadores terceirizados. Principalmente nos setores de vigilância e asseio conservação os calotes são constantes, ou seja, a empresa

“desaparece” e aos trabalhadores (as) não recebem as verbas indenizatórias as quais tem direito com o fim do contrato. A contratação destes serviços, seja pelo setor público ou pelo setor privado, não é cercada dos devidos cuidados mínimos com relação à empresa contratado, dando margem a seguidos golpes contra os trabalhadores/as. (CUT/DIEESE, 2011)

As terceirizadas volta e meia são protagonistas de escândalos de corrupção através de desvio de dinheiro público, principalmente, quando prestam serviços ao setor público. Não são poucos os casos de contratos superfaturados, processos licitatórios fraudulentos, empresas terceirizadas ligadas à poderosos políticos que sempre ganham os processos licitatórios, enfim, se tornaram mais uma ferramenta de desvio de dinheiro público.

As condições objetivas das rotinas de trabalho não são nada animadoras. O constante desgaste físico, psicológico e os riscos iminentes de acidentes no ambiente de trabalho tornam as vivências destas pessoas ainda mais extenuantes:

Uma das repercussões mais contundentes da precarização do trabalho gerada pela terceirização é a elevada incidência de acidentes de trabalho graves e fatais entre trabalhadores terceirizados. Embora encobertos das estatísticas oficiais do Ministério da Previdência Social, dados da fiscalização do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, divulgados em 2005 em um seminário sobre o tema, indicam que de cada dez acidente de trabalho ocorridos no Brasil, oito são registrados em empresas terceirizadas e nos casos em que há morte, quatro em cinco ocorrem em empresas prestadoras de serviço. (CUT/DIEESE, 2011)

É importante salientar que o processo de exploração da força de trabalho, muitas vezes, está relacionado diretamente com a reprodução da opressão. Esses dois elementos são extremamente funcionais para o sistema pois funcionam como combustível para superexplorar determinados grupos sociais. Em sua grande maioria, são as mulheres, negros, jovens, imigrantes que são utilizados como mão-de-obra barata no interior destas empresas.

Esse debate não é menor e se torna cada vez mais atual e necessário estudos aprofundados sobre o tema. A súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho regula a terceirização no país e considera ilegal a terceirização da atividade-fim, portanto, aquelas que são essenciais para o funcionamento da

empresa. Atividades relacionadas à segurança, asseio e limpeza, portaria são amplamente terceirizadas, ou seja, atividades que pairam sobre a estrutura física das instituições. Porém está em curso no país um processo político que pode mudar esta realidade.

Com o apoio incondicional do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, no dia 22 de abril de 2015 foi aprovado o Projeto de Lei no. 4330/2004 de autoria do deputado Sandro Mabel(PMDB-GO), o PL das Terceirizações, que pretende passar por cima da regulamentação do Tribunal Superior do Trabalho e pretende liberar a terceirização para todas as funções no interior das empresas. Ou seja, pretende terceirizar as atividades-fim.

Atualmente o projeto de lei aguarda aprovação do Senado. Se esta medida for aprovada representará um marco histórico no que tange em relação ao desmonte de direitos de trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Ampliar a terceirização para as atividades essenciais das empresas significa ampliar a precarização, os baixos salários, as jornadas extenuantes, o adoecimento, enfim, significaria um retrocesso desmedido à classe trabalhadora.

Apesar das diferentes realidades nos diversos setores terceirizados é importante ressaltar que existe um elemento unificador: a crescente precarização das relações de trabalho. A terceirização fragmenta a classe trabalhadora e torna ainda mais frágeis a ação sindical pois enfraquece o poder de barganha da classe trabalhadora frente ao patrão. Diante destas ameaças é mais do que urgente resgatar o poder de organização da classe trabalhadora frente a estes retrocessos. Terceirizados, efetivos, servidores públicos, autônomos, enfim, o conjunto da classe tem como tarefa principal nos próximos períodos barrar o avanço neoliberal e dar vazão a um novo projeto societário.

### **3.3-As condições de trabalho das terceirizadas da limpeza da Universidade de Brasília**

Com o intuito de compreender esta realidade e ressaltar como a reestruturação produtiva produziu efeitos devastadores no interior da Universidade

e ,ainda, vislumbrar como o processo de feminização do trabalho se alastrou de tal forma que é preciso lançar um olhar científico sobre este espaço.Os efeitos são vários mas transforma e aprofunda a precarização principalmente nos setores mais rebaixados da estrutura produtiva. Diante desta realidade é que se fez necessária a realização da presente pesquisa.

Em um sistema onde a lógica mercadológica invade cada vez mais todas as áreas da vida e tudo se torna de alguma forma mercadoria, com a educação não poderia ser diferente. A Universidade passa por um período extremamente delicado. O avanço do sucateamento e da privatização caminha a passos largos e junto com este processo surgem relações trabalhistas instáveis, precárias e desreguladas. É neste contexto que se localiza a terceirização dentro das universidades públicas brasileiras onde este modelo se alastra cada vez mais e atua como uma verdadeira sanguessuga de dinheiro público.

Segundo dados da Diretoria de Terceirização da Universidade de Brasília\*<sup>1</sup>, atualmente a UnB conta com 2552 terceirizadas e terceirizados que trabalham em seu interior. Estes trabalhadores estão divididos em 5 empresas terceirizadas. A empresa Life presta serviços de segurança, a Planalto emprega nos trabalhos relacionados à copa,apoio, manutenção e administração. A Ágil se localiza nos setores de almoxarifado, jardinagem e contratação de motoristas. A Daher contrata garçons e a APECÊ é encarregada pela prestação de serviços de limpeza.

A APECÊ- Serviços Gerais Ltda<sup>2</sup> é uma empresa de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis que possui 5000 funcionários ao total. Dentre estes 3800 são mulheres,ou seja, a maioria. Na Universidade de Brasília ela emprega 615 trabalhadoras e trabalhadores dentre estes 19 encarregados e 595 serventes de limpeza.

Segundo dados fornecidos pela própria APECÊ, a empresa atua dentro da

---

<sup>1</sup> Os dados da Diretoria de Terceirização da Universidade de Brasília foram obtidos através da aplicação de questionário.

<sup>2</sup> Os dados relacionados à empresa terceirizada APECÊ foram obtidos através da realização de entrevista e aplicação de questionário. O responsável por fornecer estes dados foi o superior responsável pela empresa na Universidade de Brasília.

Universidade desde 2013 e sua concessão licitatória vence neste ano de 2015. O contrato é regido pela CLT e o salário dos serventes de limpeza variam em torno de R\$ 952,22 e R\$ 1.904,44 para encarregados. Dentre os direitos inclusos no contrato estão incluídos vale alimentação, vale transporte e plano de saúde. Existe uma boa parcela de trabalhadores que residem no Goiás, 136 trabalhadoras e trabalhadoras, enquanto 429 possuem residência no Distrito Federal. Este dado revela que estas pessoas gastam maior tempo e gastam mais dinheiro com transporte para se deslocarem para o ambiente de trabalho.

O primeiro empecilho para a realização das entrevistas foi representado nas tentativas de aproximação destas mulheres. Muitas se recusaram a dar entrevistas com medo de serem repreendidas por seus superiores e houve, ainda, aquelas que permitiam ser entrevistadas mas tiveram receio de preencher o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Isto fez com que a coleta de dados se tornasse mais demorada. Estas situações exigiram que a abordagem se tornasse ainda mais cautelosa e paciente o que prescindiá explicar com mais detalhes os fins da pesquisa e a garantia de que seus dados pessoais seriam mantidos em sigilo.

Por este motivo o processo das entrevistas teve que seguir um determinado “protocolo”. Era sempre preferível que não estivesse presente por perto nenhum encarregado, inclusive, uma das entrevistadas interrompeu a entrevista quando o encarregado se aproximou pois se sentiu desconfortável e coagida, logo, sempre era mais fácil realizar as entrevistas em lugares mais reservados que as deixasse a vontade.

Outro fato determinante nos processos de entrevista: o tempo. Nenhuma das entrevistas ultrapassou 20 minutos. Foi preciso aprender a administrar o tempo das entrevistas. A rotina de trabalho destas trabalhadoras não permite que elas interrompam suas atividades por muito tempo, pois a quantidade de tarefas a serem realizadas ao longo de um dia de trabalho são muitas e, também, existe o receio de serem advertidas pelos superiores se interromperem o trabalho. Isto se tornou mais evidente quando uma das terceirizadas entrevistada lavava o chão de um departamento enquanto concedia entrevista. Este elemento forçou uma

adaptação no roteiro de entrevistas para que as perguntas se tornassem mais objetivas.

Não é um fato novo os problemas do transporte público e mobilidade urbana que o Distrito Federal e Entorno apresentam. Este é um problema que se arrasta há anos e que nenhum governo se preocupou em solucionar. O caso do transporte público nos campi da Universidade de Brasília é ainda mais desanimador. Historicamente o espaço da Universidade sempre esteve voltado para atender as necessidades dos setores da classe dominante. Por este motivo, desde sua criação o investimento em transporte público, usado principalmente por trabalhadores e estudantes pobres, nunca foi prioridade. Distante do centro da cidade, das cidades-satélites e do Entorno, sua localização geográfica contribui para que as dificuldades de deslocamento sejam ainda maiores.

*“Se eu quiser chegar mais rápido eu tenho que pegar 3 ônibus. Pego 3 pra chegar mais cedo. Se eu pegar o que vem direto pra Universidade eu chego atrasada. É 3 pra vim e 3 pra voltar. Saio 5 horas de casa e tem dias que chego aqui 6:30h.” (Terceirizada 1)*

As dificuldades das terceirizadas da limpeza se iniciam desde a hora que elas saem de cada para se deslocar para o trabalho. Precisam utilizar até 3 conduções para conseguir chegar no ambiente de trabalho. Em suas colocações ressaltam que as dificuldades enfrentadas dentro do transporte público brasileiro contribuem para o aumento do cansaço porque o deslocamento é demorado e extremamente exaustivo. Destacam a necessidade da criação de linhas nas cidades satélites e no entorno que passem por dentro da Universidade e facilitem o deslocamento para casa.

Com relação à conciliação do trabalho com a maternidade ressaltam a necessidade da instalação de uma creche pública que atenda as terceirizadas. Uma delas relatou que uma de suas companheiras de trabalho se viu obrigada a pedir demissão do emprego pois não tinha com quem deixar seus filhos. Esta não é uma queixa só das terceirizadas, esta é uma reivindicação histórica dos movimentos estudantil e feminista da necessidade urgente da construção de uma creche pública, gratuita e de qualidade que atenda as mães trabalhadoras e

estudantes.

*“Com certeza seria mais fácil. Inclusive tenho duas colegas minhas de trabalho que pediram demissão porque não tinha como ficar com a criança nem pagar uma babá para vim trabalhar porque a babá cobra quase um salário. Ou ela trabalhava pra pagar a babá. Aí, ela optou por sair do trabalho. Ela não tinha condições de trabalhar.”(Terceirizada 1)*

É latente o peso que as responsabilidades que dizem a respeito da criação dos filhos e filhas recaem quase todas sobre os ombros femininos. E nesse ponto as mulheres da classe trabalhadora carregam um peso ainda maior. As diferenças de classe estão claramente contidas no discurso da terceirizada acima. Enquanto mulheres burguesas tem totais condições financeiras de subsidiar a educação de seus filhos, as mulheres terceirizadas, muitas vezes, precisam deixar seus trabalhos para criarem seus filhos, pois, o Estado é omissivo e não garante as mínimas condições necessárias para que essas mulheres possam conciliar a maternidade e a vida profissional.

Era uma forma de transferir para a classe trabalhadora as obrigações do estado burguês sem qualquer tipo de questionamento. No final do século, as autoridades burguesas procuravam convencer as mães trabalhadoras a tomar os cuidados necessários com seus filhos, a velar por sua educação e fortaleza moral; com isso eles “não somente sobreviveriam, mas se tornariam adultos mais saudáveis e felizes”. Ao mesmo tempo que transferia essa responsabilidade para a mulher trabalhadora, o sistema a expulsava de casa (onde deveria ficar se quisesse desempenhar satisfatoriamente todas essas tarefas) e a obrigava a passar o dia inteiro na fábrica para ajudar na sobrevivência da família.(TOLEDO,2008:69)

Quando questionadas sobre como se sentem ao fim de um dia de trabalho a representação do cansaço nas falas foi um elemento unânime. O trabalho doméstico também se relaciona com o cansaço associado ao trabalho. Além de chegarem cansadas depois de um dia de trabalho em casa elas tem que realizar as tarefas domésticas dentro de seus lares.

Do salário pago pelo capitalista para que a força de trabalho se reproduza, desconta-se o trabalho doméstico, aquele realizado no seio da própria família, em especial pela mulher, e pelo qual o capitalista não desembolsa nada. No lar, o trabalhador se alimenta



descansa e repõe suas energias para continuar trabalhando para o capitalista. Se o salário é o necessário para a sobrevivência do trabalhador, ou seja, para a reprodução da força de trabalho, o trabalho doméstico deveria fazer parte desse cálculo e, no entanto, não faz. (TOLEDO, 2008:51)

A relação que existe entre as rotinas de trabalho e adoecimento é preocupante. Os relatos de adoecimento por causa das tarefas realizadas no ambiente de trabalho, a presença de dores corporais causadas pelo esforço físico foi uma constante nas falas.

*“Quando chego em casa ainda tenho que fazer as coisas de casa. Tenho que fazer a janta pra mim e pra minha filha. Dar uma arrumada na casa. O corpo fica cansado. Muito cansaço. Tem dia que a gente rala pra danado. É muito stress.”* Terceirizada 2

Uma das entrevistas descreve as dores que sente ao realizar seu trabalho:

*“Dor direto a gente sente. Hoje mesmo estou com uma perturbando as minhas costas. E nem me pergunte como a gente fica naqueles dias de cólicas. No dia que tem lavagem aí o serviço fica muito pesado.”* (Terceirizada 3)

Essas afirmações ampliam a análise sobre a realidade da terceirização. O trabalho destas mulheres é tão penoso onde as jornadas extenuantes e o dispêndio de força física incessante afeta a saúde e desemboca em constantes adoecimentos. Isso pode trazer graves conseqüências para estas mulheres no futuro, pois estão sujeitas a adquirirem doenças crônicas que agravarão suas velhices.

É, também, interessante notar a percepção que elas tem sobre o trabalho que realizam e como elas o percebem dentro da estrutura da Universidade. Para elas, o trabalho que realizam é muito importante para o funcionamento da Universidade, e que, se não existissem pessoas que fizessem o asseio do ambiente, provavelmente, a UnB seria um caos. Porém, ao mesmo tempo que possuem este entendimento de que são importantes para o bom funcionamento das atividades consideram suas funções desvalorizadas. Uma queixa mais presentes foi o valor dos salários, pois, não supre suas necessidades e nem de suas famílias. Muitas estão endividadas pois precisaram fazer empréstimos o que

rebaixa ,mais ainda, os salários.” *Tem que se virar. Tem muita gente aqui que tem dois empregos. Fazem faxina por fora*”, relatou a Terceirizada 4.

*“A gente recebe muito pouco. Pelo serviço que a gente faz a gente ganha muito pouco. Porque é um serviço importante. Quando os terceirizados fazem greve olha como fica a Universidade. Deixa os banheiros sem limpar um dia para você vê como fica o negócio.”*(Terceirizada 5)

As formas como elas se percebem em relação aos outros membros da comunidade acadêmica revelam elementos da subjetividade de suas vivências. Segundo relatos concedidos em entrevista, o uniforme que elas usam para trabalhar s torna um elemento invisibilizador, às tornam invisíveis aos olhos dos estudantes, professores e técnicos. Este é um reflexo da percepção da sociedade sobre as mulheres que realizam este tipo de trabalho, realidade esta que se aproxima muito com a das trabalhadoras domésticas. O trabalho que realizam é tão desvalorizado e socialmente repudiado que as transformam em parte da mobília das instituições. As transformam em coisas. Seres humanos que se sentem invisíveis em uma instituição que deveria ter uma papel determinante na transformação evolutiva da sociedade,mas que, em seu interior repete as mesmas formas de reprodução da opressão e exploração.

*“A gente não tem valor, sabia? O pessoal da limpeza é muito desvalorizado. Ninguém valoriza o serviço da gente. Às vezes valoriza, às vezes não.”* (Terceirizada 6)

Quando questionadas sobre qual é a relação que constituem com o sindicato verificou-se que o desconhecimento em relação à sua atuação é unânime. *“Vai fazer dois anos que trabalho aqui e nunca vi um sindicato aqui dentro”* Terceirizada 7. A falta de proximidade com um instrumento que ,a principio, deveria servir de apoio na luta por melhorias nas condições de trabalho é mais um sinal da marca da fragilidade organizativa da categoria frente ao patrão. Isto também tem relação profunda com a organização de instrumentos de barganha e resistência que é a greve. O medo de perder de enfrentar represálias e perder o emprego é um sentimento arraigado entre os terceirizados.

Este é um marco do neoliberalismo. Dividir a classe o máximo possível

através do esfacelamento de setores inteiros, da desproletização e robotização da indústria, do uso do desemprego estrutural para rebaixar salários e ofertar trabalhos subumanos, do machismo, racismo, homofobia e xenofobia como alavancas da exploração ,etc. Desta forma os instrumentos de resistência e luta, como é o caso dos sindicatos, tem muitas de suas lideranças cooptadas pela patronal e perdem fôlego frente ao avanço neoliberal.

Segundo uma liderança dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados, no início do ano a reitoria começou a preparar novos ataques com o anuncio de demissão de até 25% dos trabalhadores. E essas demissões já começaram, dia 8 de junho a reitoria mandou para casa 548 trabalhadores da portaria pois o contrato com a empresa que prestava o serviço venceu. Quando aconteceu o processo de contratação de uma nova empresa prestadora 142 porteiros e porteiras foram demitidos. Esse é o retrato do que significa a terceirização. É a incerteza do que acontecerá no dia de amanhã pois a qualquer hora podem perder o emprego.

Uma das reivindicações do movimento de trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas é a construção de uma auditoria das contas das empresas terceirizadas para realmente apurar o tamanho do montante de dinheiro público que está envolvido nestes contratos. Também se faz necessário a redução da margem de lucro das empresas para impedir as demissões e garantir melhores salários e condições de trabalho.

Diante deste breve panorama, é perceptível que o aumento cada vez maior do número de terceirizados e terceirizadas tem haver com o aprofundamento da lógica neoliberal na estrutura produtiva que pretende super explorar, lucrar e fragmentar a classe trabalhadora. É importante ter cada vez mais estudos que subsidiem a comprovação dos impactos devastadores sobre a vida destas pessoas que, provavelmente, serão muito maiores nas próximas décadas.

## CONCLUSÃO

Entender o trabalho como elemento central e fundante das relações econômicas tem fundamental importância nos dias atuais. Em tempos onde teorias sustentam a tese de que a sociedade do trabalho está próxima do fim e que o capitalismo por ser conformar o sistema produtivo mais evoluído da história permitirá no futuro que o trabalho não ocupe mais um lugar de destaque nas relações em sociedade. Diante destas afirmações é importante resgatar as bases ontológicas que constituem o trabalho. O trabalho tem um papel fundamental no mundo e em todas as esferas da vida, pois é ele que permite que mulheres e homens se transformem em sociedade. Analisar como o trabalho se materializa neste modelo produtivo é analisar, também, o grau de desumanização que o capital tornou as formas de organização do trabalho. O trabalho no capitalismo é desumanizador.

Esta reorganização do trabalho permitiu cada que vez mais mulheres conquistassem espaço no mercado de trabalho. Apesar dos números apontarem uma crescente elevação da participação das mulheres no mercado de trabalho, a realidade se configura de forma contraditória porque esta é a sua natureza. É importante frisar que a entrada da mulher no mercado permitiu que ela ganhasse relativa autonomia e independência financeira, muito embora, continuem ocupando os postos de trabalho mais desvalorizados e precários.

Diante disto, é justamente o trabalho terceirizado que é caracterizado por abrigar mulheres, negros e negras, LGBT's e imigrantes, que tem se destacado como forma precarizada e precarizante de contratação. Marcado por diárias extenuantes, baixos salários, assédio moral e sexual e adoecimentos, são as trabalhadoras terceirizadas que, também, ocupam a base da pirâmide social entre os terceirizados.

Portanto, dar espaço e ampliar as vozes destas mulheres é extremamente importante no cenário político atual. Essas mulheres existem sim e se sentem de mãos atadas cada vez que sofrem ataques por parte do patrão. É importante

entender que a classe trabalhadora é uma só e que somente ela, conjuntamente, tem o poder de revolucionar este sistema falido que caminha a passos largos para os braços da barbárie. Um sistema que cheira à carnificina e funciona como uma máquina de moer trabalhadoras precisa sim ser questionado. Este breve ensaio ilustra que as terceirizadas existem sim e muito em breve serão protagonistas de um processo de luta e transformação muito maior do que se possa imaginar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório- O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha**.2010. Disponível em:< <http://www.giovannialves.org>. > Acesso em: 14 de agosto de 2015.

\_\_\_\_\_. **Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil**.2013.Disponível em:<<http://blogdaboitempo.com.br/2013/05/20/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil-parte-i/> > Acesso em: 14 de agosto de 2015.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Vol.25. Campinas: Educação e Sociedade, 2004. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br> > Acesso em: 14 de Agosto de 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e centralidade do mundo do trabalho**. 15ª edição. São Paulo: Cortez,2011.

ASSUNÇÃO, Diana; et al (orgs.). **A precarização tem rosto de mulher**. 2ª edição. São Paulo: Iskra,2013.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9ª edição. São Paulo: Cortez,2011.

BRASIL. **Pesquisa de Emprego e Desemprego. A inserção da mulher no mercado de trabalho**. DIEESE,2012. Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pedmulhermet.pdf> > Acesso em 14 de agosto de 2015.

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8662/93**. 10ª edição. Brasília,2012.

DIEESE/CUT. **Terceirização e desenvolvimento, uma conta que não fecha**. São Paulo,2011. Disponível em:< <http://www.sinttel.org.br/> > Acesso em 14 de

agosto de 2015.

HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana, et al (orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

LEHER, Roberto. **Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**. 3ª edição. Revista Outubro, 2010.

LEHER, Roberto. **Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas**. Revista da ADUEL, 2003. Disponível em: < [http://web.sercomtel.com.br/aduel/revista%20autonomia/auton\\_priv.pdf](http://web.sercomtel.com.br/aduel/revista%20autonomia/auton_priv.pdf) > Acesso em 14 de agosto de 2015.

LETIZIA, Vito. **A grande crise rastejante**. São Paulo: Caros Amigos Editora, 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos**. 2ª edição. São Paulo: Abril, 1978.

\_\_\_\_\_ **O capital: crítica da economia política**. Vol I. 31ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Severina. **Políticas educacionais na sociedade capitalista: particularidade brasileira**. Universidade Federal de Alagoas, 2013: Disponível em: < <http://www.estudosdotrabalho.org/> > Acesso em 14 de agosto de 2015.

NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil**. In: BOSCHETTI (orgs). **Política Social: alternativas ao neoliberalismo**. Brasília: UNB, 2004.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos** . Brasil em debate.Vol 2. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. 2ª edição. São Paulo: Sundermann, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade**. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora, 1969.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres. O gênero nos une, a classe nos divide**. 2ª edição. São Paulo: Sundermann, 2008.

TONET,Ivo. **Educação contra o capital**. 2ª edição. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

VIANA, Márcio. **O que é a terceirização?**. 2015. Disponível em: < <http://blogdaboitempo.com.br/2015/04/01/o-que-e-a-terceirizacao/> > Acesso em 14 de agosto de 2015



**ANEXOS****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezada Senhora,

Vimos através deste, convidá-lo(a) a participar da pesquisa intitulada “As Condições de Trabalho das mulheres Terceirizadas na Universidade de Brasília”, pré-requisito para a conclusão do curso de serviço social, que será realizada pela aluna Marissa Bárbara Gomes dos Santos, Mat. 10/0017606 -, graduanda em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivanete Boschetti. Temos como objetivo geral investigar de que maneira as políticas neoliberais na educação, materializados na contrarreforma do Ensino Superior, agravaram as condições e as relações de trabalho das trabalhadoras terceirizadas da Universidade de Brasília. Sua participação é de fundamental importância para a coleta de informações e para a problematização da questão. Para tanto, ressaltamos que a sua participação no presente estudo não é obrigatória e que a qualquer momento, por qualquer motivo, a senhora poderá interromper o andamento da entrevista. A preservação de sua identidade será mantida em sigilo e a discussão da coleta de dados servirá puramente para fins acadêmicos. Ao final da análise de dados, todas as anotações referentes à entrevista serão destruídas. Os resultados da pesquisa serão apresentados à professora orientadora e à banca examinadora desta estudante pesquisadora. Poderão ser submetidos ao participante, caso seja de sua vontade recebê-los através do envio ao seu email pessoal. Quaisquer dúvidas antes, durante ou após a entrevista serão devidamente esclarecidas pela estudante pesquisadora responsável. Assim, se a senhora aceitar o convite para ser partícipe da pesquisa, por favor, preencha os espaços abaixo:

Declaro ter sido devidamente esclarecido (a) do projeto de pesquisa e estou de acordo em participar voluntariamente do estudo; Nome/Assinatura: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ . Email: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_. Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de  
\_\_\_\_\_ de 2014.

### **Roteiro de Entrevista das Terceirizadas**

- 1) Quantos anos você tem?
- 2) Você mora em que cidade do DF/Entorno?
- 3) Qual o seu estado civil?
- 4) Tem filhos? Quantos? (Onde deixa seus filhos pequenos?) (Se precisar de creche perguntar o que ela acha da construção de creches dentro do campus)
- 5) Qual é o meio de transporte que você utiliza para se deslocar para o trabalho? (Quanto tempo demora para chegar? Quantas conduções precisa utilizar?)
- 5) Qual é a sua função? Quais são as atividades que você precisa cumprir durante o seu dia de trabalho?
- 6) Há quanto tempo realiza esse trabalho?
- 6) Como você se sente ao fim de um dia de trabalho?
- 7) Você acha que as terceirizadas recebem um salário menor que os terceirizados?
- 8) O salário que você recebe é suficiente para as suprir suas despesas? (Quanto recebe?)
- 9) O salário já atrasou? Você já tirou férias?
- 9) Você já ficou doente por conta das atividades realizadas no seu trabalho?
- 10) Se uma terceirizada engravida ela corre o risco de ser demitida?
- 11) A maior parte das terceirizadas são brancas ou negras?
- 12) Os supervisores cobram muito das trabalhadoras?
- 13) O que acontece se os terceirizados e as terceirizadas organizam uma greve?
- 14) Como são tratadas pelos estudantes, funcionários e professores?
- 16) Você é sindicalizada? O que você acha sobre o sindicato?
- 15) Você acha que se as terceirizadas se tornassem funcionárias da Universidade através de concurso publico teriam melhores condições de trabalho?

